

B O L E T I M

MUNICIPAL

CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA



SUMÁRIO

RESOLUÇÕES DOS ÓRGÃOS DO MUNICÍPIO E DESPACHOS DE PROCESSOS

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Aditamento à Ordem de Trabalhos (129.^a / 84.^a Sessão Extraordinária da Assembleia Municipal)
pág. 2639

PRESIDÊNCIA DA CÂMARA

Despacho n.º 114/P/2016 (Subdelegação de competências - Diretor municipal da Estrutura Verde, Ambiente e Energia)
pág. 2640

DIREÇÕES MUNICIPAIS

SECRETARIA-GERAL

DEPARTAMENTO DE MARCA E COMUNICAÇÃO
DIVISÃO DE RELAÇÃO COM O MUNÍCIPE

Processos
pág. 2644

FINANÇAS

Despacho n.º 2/DMF/2016
pág. 2644

RECURSOS HUMANOS

DEPARTAMENTO DE GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS

Despacho n.º 4/DGRH/2016
pág. 2645

DIVISÃO DE PLANEAMENTO E GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS

NÚCLEO DE CONTRATAÇÃO

Conclusão com sucesso do período experimental
pág. 2645

DEPARTAMENTO DE DESENVOLVIMENTO E FORMAÇÃO

Despacho n.º 4/DDF/2016 (Substituição)
pág. 2645

DEPARTAMENTO DE SISTEMAS DE INFORMAÇÃO
DIVISÃO DE CONTROLO E INTEGRAÇÃO DE SISTEMAS DE INFORMAÇÃO

Despacho n.º 2/DSI/DCISI/2016 (Substituição em período de férias)
pág. 2645

DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO DE SISTEMAS,
INFRAESTRUTURAS E COMUNICAÇÕES

Despacho n.º 3/DSI/DASIC/16
pág. 2646

URBANISMO

DEPARTAMENTO DE PLANEAMENTO

Despacho n.º 5/DMU/DP/2016
pág. 2646

DEPARTAMENTO DE PROJETOS
ESTRUTURANTES

Despacho n.º 3/DMU/DPE/2016
pág. 2646

DEPARTAMENTO DE REABILITAÇÃO URBANA
DIVISÃO DE LICENCIAMENTO URBANÍSTICO

Despacho n.º 3/DMU/DRU/DLU/2016 (Suplência)
pág. 2646

DEPARTAMENTO DE ESPAÇO PÚBLICO
DIVISÃO DE ESTUDOS URBANOS

Despacho n.º 03/DEP/DEU/2016
pág. 2646

DIVISÃO DE CONTROLO DE INTERVENÇÕES
EM ESPAÇO PÚBLICO

Despacho n.º 05/DCIEP/2016
pág. 2647

PROJETOS E OBRAS

DEPARTAMENTO DE INFRAESTRUTURAS,
VIA PÚBLICA E SANEAMENTO

Processos
pág. 2647

DEPARTAMENTO DE CONSTRUÇÃO E MANU-
TENÇÃO DE INFRAESTRUTURAS E VIA PÚBLICA
GABINETE DA DIRETORA

Despacho n.º 4/DMPO/DIVPS/2016
pág. 2647

DEPARTAMENTO DE PROJETOS
E CONSTRUÇÃO DE EQUIPAMENTOS
GABINETE DA DIRETORA

Despacho n.º 5/DPCE/2016
pág. 2647

POLÍCIA MUNICIPAL

Edital n.º 16/PM/2016 (Viaturas abandonadas)
pág. 2648

HABITAÇÃO E DESENVOLVIMENTO LOCAL

DEPARTAMENTO DE POLÍTICAS E GESTÃO
DE HABITAÇÃO

DIVISÃO DE GESTÃO DE HABITAÇÃO MUNICIPAL
Edital n.º 19/DMHDL/DPGH/DGHM/16 (Listas dos pedidos impro-
cedentes rececionados em novembro de 2016)
pág. 2648

DEPARTAMENTO PARA OS DIREITOS SOCIAIS

Despacho n.º 8/DDS/16 (Substituição por ausência)
pág. 2650

ESTRUTURA VERDE, AMBIENTE E ENERGIA

Despacho n.º 24/DMEVAE/2016 (Subdelegação de competências)
pág. 2650

DIVISÃO DE GESTÃO CEMITERIAL

Anúncios n.ºs 34/DMEVAE/DGC/16 (Cemitério dos Prazeres -
Restos mortais não reclamados), **35/DMEVAE/DGC/16** (Cemitério
de Benfica - Jazigos particulares abandonados), **37/DMEVAE/DGC/
/16** (Cemitério do Alto de S. João - Jazigos particulares abandonados)
e 38/DMEVAE/DGC/16 (Cemitério do Lumiar - Desocupação
de ossários municipais) - **Despacho n.º 4/DMEVAE/DGC/16**
(Substituição) - **Processos - Retificação** (Anúncio n.º 7/DMEVAE/
/DGC/16)
pág. 2654

DEPARTAMENTO DA ESTRUTURA VERDE

Despacho n.º 10/DMEVAE/DEV/16 (Suplência)
pág. 2657

DIVISÃO DE PLANEAMENTO, GESTÃO E MANU-
TENÇÃO DA ESTRUTURA VERDE

Despacho n.º 8/DMEVAE/DEV/DPGMEV/16 (Suplência)
pág. 2657

HIGIENE URBANA

Processos
pág. 2657

MOBILIDADE E TRANSPORTES

DEPARTAMENTO DE GESTÃO DA MOBILIDADE
E TRÁFEGO

Processos - Revogação de despachos
pág. 2658

UNIDADE DE COORDENAÇÃO TERRITORIAL
DEPARTAMENTO DE ESTRUTURAS DE PROXIMIDADE E ESPAÇO PÚBLICO
DIVISÃO DE PROMOÇÃO E DINAMIZAÇÃO LOCAL

Concurso Público n.º 1/UCT/DEPEP/DPDL/2016 [Lugares a concurso no período de 3 a 31 de outubro de 2016 - Mercado da Ribeira / Sábados da Ribeira - Mercado de Artesanato, Artes Visuais e Antiguidades/Velharias [Ata n.º 3 - Lista de classificação provisória (para audiência prévia) - Quadros de avaliação - Artesanato] *pág. 2660*

UNIDADE DE INTERVENÇÃO TERRITORIAL NORTE
Despacho n.º 3/UCT/UITN/BLXN/2016
pág. 2666

UNIDADE DE INTERVENÇÃO TERRITORIAL ORIENTAL

Despacho n.º 6/UITOR/2016 (Substituição)
pág. 2666

UNIDADE DE INTERVENÇÃO TERRITORIAL CENTRO HISTÓRICO

Despacho n.º 6/UITCH/2016
pág. 2666

DIVISÃO BRIGADA LX - CENTRO HISTÓRICO
Despacho n.º 4/BLXCH/2016
pág. 2666

ANÚNCIOS, AVISOS, EDITAIS E NOTICIÁRIO

ANÚNCIOS

Modelo de Anúncio do Concurso Público (Aquisição de sete viaturas de recolha de resíduos com capacidade de 8m³ - Processo n.º 63/CPI/DA/CCM/2016) - **N.º 1696/UCT/DGEP/2016** - **N.º 1676/UCT/UITC/2016** - **N.º 1703/UCT/UITCH/2016** e **1708/UCT/UITCH/2016**
pág. 2667

AVISOS

N.º 52/2016 (Estratégia Municipal de Adaptação às Alterações Climáticas de Lisboa - Abertura do período de Consulta Pública) e **53/2016** (Prémio Municipal de Voluntariado da Cidade de Lisboa - Aviso de abertura)
pág. 2670

EDITAIS

N.º 119/2016 (Reunião Pública Descentralizada) e **120/2016** [Retificação-Toponímia (Rua Francisco Lacerda)]
pág. 2672

RESOLUÇÕES DOS ÓRGÃOS DO MUNICÍPIO E DESPACHOS DE PROCESSOS

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Aditamento à Ordem de Trabalhos

129.ª / 84.ª Sessão Extraordinária da Assembleia Municipal

7 - Apreciação da **Proposta n.º 751/CM/2016 - Retificação das Propostas n.ºs 653/2016, 654/2016 e 655/2016**, relativas a Contratos de Delegação de Competências entre o Município de Lisboa e as freguesias de **Alcântara**, de **Santa Clara** e de **Arroios**, nos termos da proposta e ao abrigo do disposto no artigo 174.º do Código de Procedimento Administrativo, na redação em vigor (*grelha-base - 34 minutos*).

Nota: Esta retificação introduz nas propostas a retificar as alterações sugeridas pelos serviços da Assembleia Municipal, após análise de todas as propostas de delegação de competências submetidas à apreciação deste Órgão Municipal.

Lisboa, em 2016/12/18.

A Presidente,
(a) *Helena Roseta*

PRESIDÊNCIA DA CÂMARA

Despacho n.º 114/P/2016

Subdelegação de competências

I - Nos termos e ao abrigo do artigo 38.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e dos artigos 46.º e seguintes do Código de Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 4/2015, de 07/01, e considerando as competências que me foram delegadas e subdelegadas pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal de Lisboa, através do Despacho n.º 42/P/2015, publicado no 4.º Suplemento ao *Boletim Municipal* n.º 1110, de 28 de maio de 2015, na redação que lhe foi conferida pelo Despacho n.º 142/P/2015, publicado no 2.º Suplemento ao *Boletim Municipal* n.º 1139, de 17 de dezembro de 2015, subdelego no diretor municipal da Estrutura Verde, do Ambiente e Energia, Sr. Eng.º Ângelo Horácio de Carvalho Mesquita, ou em quem legalmente o substitua, e relativamente à Divisão de Ambiente e Energia (DAE), à Divisão de Sensibilização e Educação Ambiental (DSEA) e ao Departamento de Estrutura Verde (DEV), da Direção Municipal da Estrutura Verde do Ambiente e Energia (DMEVAE), as seguintes competências:

A - Em matéria de realização de despesa, contratação pública e conexa:

- 1 - Adquirir e locar bens e serviços, nos termos da legislação em vigor, para o efeito aprovando os programas de concurso, cadernos de encargos e procedendo às adjudicações respetivas, até ao limite de 49 879 euros, não abrangendo os contratos de fornecimento de serviços, na modalidade de tarefa ou avença com pessoas individuais;
- 2 - Remeter à Central de Compras Municipal os anúncios e as peças patenteadas para efeitos de abertura de procedimentos de contratação de locação e aquisição de bens e serviços;
- 3 - Autorizar a realização de despesas até ao limite de 49 879 euros, no âmbito da celebração de Contratos Públicos, ao abrigo dos n.ºs 1 e 3 do artigo 109.º do Código dos Contratos Públicos (CCP), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, na sua redação atual, conjugado com o artigo 29.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho, exceto no que respeita a contratos de empreitada.
- 4 - Exercer no âmbito da formação dos contratos públicos, as competências instrumentais à condução do respetivo procedimento, incluindo a aprovação das minutas dos contratos e outorgar os contratos de aquisição e de locação de bens móveis e serviços, seja qual for o respetivo valor, desde que a despesa tenha sido previamente autorizada e nos termos do Regulamento do Orçamento Municipal;
- 5 - Aprovar as minutas dos contratos de concessão de exploração do domínio público dos equipamentos existentes na Estrutura Verde e outorgar os respetivos contratos, desde que os respetivos procedimentos de contratação se encontrem devidamente autorizados;

- 6 - Aprovar as minutas dos contratos de uso privativo do domínio público existentes na Estrutura Verde e outorgar os respetivos contratos, desde que os respetivos procedimentos de contratação se encontrem devidamente autorizados;
- 7 - Nos casos em que seja ainda aplicável o Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho, exercer as competências cometidas nesse diploma à entidade adjudicante, sem prejuízo do limite de realização da despesa até 49 879 euros (quarenta e nove mil oitocentos e setenta e nove euros);
- 8 - Autorizar a realização de despesas orçamentadas, nos termos legais e até ao limite de 49 879 euros;
- 9 - Realizar notificações, incluindo as de adjudicação de locação e aquisição de bens e serviços;
- 10 - Visar faturas relativas à locação e/ou aquisição de bens e serviços;
- 11 - Praticar os demais atos jurídicos e operações materiais e instrumentais decorrentes do normal desenvolvimento dos procedimentos de contratação devidamente autorizados, nos termos estabelecidos no presente despacho.

B - Em matéria de procedimento administrativo:

- 1 - Exercer as competências necessárias à instrução dos procedimentos e à execução das deliberações tomadas em Câmara e das decisões tomadas por mim;
- 2 - Dirigir a instrução dos procedimentos administrativos em curso, no âmbito dos serviços objeto da presente subdelegação de competências, determinando e promovendo a realização das diligências que entenda convenientes para a respetiva instrução, com exceção das que se encontram no âmbito das competências delegadas e subdelegadas nos restantes Senhores Vereadores da Câmara Municipal de Lisboa;
- 3 - Proceder à junção de documentos nos processos referidos no ponto anterior;
- 4 - Enviar documentação a qualquer Serviço Municipal para conhecimento das decisões tomadas;
- 5 - Enviar documentação a qualquer Serviço Municipal que, nos termos das normas e instruções em vigor, tenha de pronunciar-se antes da decisão;
- 6 - Promover a publicação no «Diário da República», no *Boletim Municipal* ou em Edital, das decisões destinadas a ter eficácia externa;
- 7 - Proceder às notificações e comunicações que forem devidas;
- 8 - Realizar a audiência prévia dos interessados;
- 9 - Indeferir liminarmente os requerimentos não identificados e aqueles cujo pedido seja ininteligível;
- 10 - Indeferir liminarmente os pedidos que, no âmbito da audiência prévia dos interessados, os particulares dentro dos prazos legalmente estabelecidos para o efeito, nada requererem;
- 11 - Arquivar processos, por desinteresse ou desistência dos requerentes e por impossibilidade ou inutilidade superveniente;
- 12 - Promover o andamento de processos já objeto de decisão final, para remessa ao arquivo e requisição ao mesmo, caso necessário;
- 13 - Informar os particulares, sempre que o requeiram, sobre o andamento dos procedimentos em que sejam diretamente interessados;
- 14 - Autorizar a restituição aos interessados de documentos juntos a processos;
- 15 - Assegurar o cumprimento do prazo geral de conclusão dos procedimentos administrativos;

- 16 - Assinar ou visar a correspondência com destino a quaisquer entidades ou organismos de direito público e a pessoas coletivas ou singulares de direito privado, com exceção da correspondência direta com o Presidente da República, Presidente da Assembleia da República, Presidentes dos Supremos Tribunais e do Tribunal Constitucional, Primeiro-Ministro e membros do Governo, Procurador-Geral da República e com Presidentes de outras Câmaras Municipais;
- 17 - Homologar autos de extravio e autos de abate ao inventário dos bens do domínio privado do Município, bens móveis e semoventes incapazes ou inúteis para o serviço e afetos aos Serviços Municipais da DMEVAE, DEV, DAE e DSEA;
- 18 - Promover as ações destinadas a assegurar a administração do domínio público municipal;
- 19 - Promover as ações necessárias à administração corrente do Património Municipal e à sua conservação;
- 20 - Modificar ou revogar os atos praticados por funcionários ou agentes afetos aos Serviços Municipais da DMEVAE, DEV, DAE e DSEA;
- 21 - Reconhecer a extinção dos procedimentos administrativos em curso nos Serviços Municipais da DMEVAE, DEV, DAE e DSEA, ao abrigo do disposto nos artigos 126.º e seguintes do Código do Procedimento Administrativo;
- 22 - Solicitar e fornecer informações a outros Serviços da CML ou a entidades externas ao Município;
- 23 - Designar os representantes do Município para avaliação dos danos causados em bens do Património Municipal ou dele desviado, quando afetos aos Serviços Municipais da DMEVAE, DEV, DAE e DSEA;
- 24 - Designar os representantes do Município para fins judiciais, no âmbito de processos relacionados com a DMEVAE, DEV, DAE e DSEA;
- 25 - Promover a compilação e tratamento de informação estatística necessária às diferentes áreas de atuação dos Serviços Municipais da DMEVAE, DEV, DAE e DSEA, e assegurar os contactos e a colaboração com as entidades responsáveis pela produção de estatísticas com interesse para os citados Serviços;
- 26 - Assinar termos de abertura e encerramento de livros sujeitos a essa formalidade e respetiva rubrica, e chancela nas folhas;
- 27 - Em matéria de livro de reclamações e outras comunicações apresentadas, exercer a competência prevista na alínea n) do n.º 3 do ponto II do Despacho n.º 42/P/2015, publicado no 4.º Suplemento ao *Boletim Municipal* n.º 1110, de 28 de maio de 2015, na redação que lhe foi conferida pelo Despacho n.º 142/P/2015, publicado no 2.º Suplemento ao *Boletim Municipal* n.º 1139, de 17 de dezembro de 2015, devendo ser-me enviada cópia da resposta dada ao reclamante, nos termos e prazos estabelecidos nos artigos 37.º e 38.º do Decreto-Lei n.º 135/99, de 22 de abril;
- 28 - Propor a instauração de processos de inquérito e de averiguações, escolher e nomear os inquiridores e determinar o respetivo arquivamento, ou propor a instauração de processo disciplinar, sem prejuízo do disposto no artigo 14.º, n.º 1 da Lei n.º 58/2008, de 9 de setembro;
- 29 - Enviar ao Tribunal de Contas os processos no âmbito dos procedimentos que tramitam nos respetivos serviços, designadamente para controlo prévio, prestação de informação solicitada, bem como outra que seja necessária no âmbito das áreas e serviços delegados.

C - Divisão do Ambiente e Energia:

Promover os procedimentos e os atos necessários ao exercício das competências previstas no artigo 78.º da Deliberação n.º 876/2015, de 5 de maio, publicada no «Diário da República», 2.ª série, n.º 98, de 21 de maio de 2015 (Organização dos Serviços Municipais), nomeadamente:

- 1 - Efetuar as vistorias previstas na Lei;
- 2 - Instruir os processos de intimação de realização de obras de insonorização acústica, de intimação de apresentação de estudos de minimização de impacte sonoro e dos demais procedimentos aplicáveis no âmbito dos procedimentos relativos a poluição sonora, com exceção dos que se encontrem na área das competências delegadas e subdelegadas nos restantes Senhores Vereadores da Câmara Municipal de Lisboa;
- 3 - Quanto à prevenção do ruído e controlo de poluição sonora, exercer as competências previstas no Decreto-Lei n.º 146-/2006, de 31 de julho, e no Regulamento Geral do Ruído, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 9/2007, de 17 de janeiro, com a redação dada pelo Decreto-Lei n.º 278/2007, de 1 de agosto, com exceção das competências em matéria de planeamento do território e relativamente às operações urbanísticas;
- 4 - Remeter informação relevante em matéria do ruído nos termos do artigo 5.º, n.º 2 do Regulamento Geral do Ruído;
- 5 - Preparar mapas de ruído, nos termos do artigo 7.º do Regulamento Geral do Ruído, elaborar relatórios sobre dados acústicos, nos termos do mesmo artigo, bem como preparar planos municipais de redução do ruído, nos termos do artigo 8.º, desenvolvendo as atividades necessárias para dar cumprimento ao artigo 9.º;
- 6 - Preparar o relatório sobre o estado do ambiente acústico municipal, nos termos do artigo 10.º do Regulamento Geral do Ruído;
- 7 - Emitir parecer no âmbito da emissão das licenças especiais de ruído, nos termos do Regulamento Geral do Ruído e do Decreto-Lei n.º 310/2002, na redação do Decreto-Lei n.º 156/2004, de 30 de junho, sem prejuízo da transferência de competências para as freguesias, nos termos da Lei n.º 56/2012, de 8 de novembro;
- 8 - Participar na elaboração das cartas de ruído e dos demais documentos sobre ruído, no âmbito dos instrumentos de planeamento de território;
- 9 - Assegurar a disponibilidade para consulta dos mapas de ruído e dos planos de ação, bem como garantir a efetiva disponibilidade para consulta pública em sede da sua elaboração, estendendo o período de consulta pública se necessário, nos termos dos artigos 13.º e 14.º do Decreto-Lei n.º 146-/2006, de 31 de julho;
- 10 - Fiscalizar o cumprimento do Regulamento Geral do Ruído e decidir medidas para evitar a produção de danos para a saúde humana e para o bem estar das populações, nos termos dos respetivos artigos 26.º e 27.º;
- 11 - Promover ações com especialidades na área de controlo de qualidade, de forma a que haja um apoio credenciado nas ações de fiscalização;
- 12 - Promover a consulta pública dos Estudos de Impacte Ambiental no Concelho de Lisboa, ao abrigo do Decreto-Lei n.º 151-B/2013, de 31 de outubro;

- 13 - Elaborar pareceres sobre os Estudos de Impacte Ambiental;
- 14 - Instruir os processos de obras de correção de deficiências sanitárias e praticar os demais atos que se mostrem necessários;
- 15 - Praticar todos os atos destinados a assegurar a administração de águas oriundas de fontes naturais, com vista à sua utilização nos jardins e espaços verdes;
- 16 - Colaborar no cumprimento das disposições legais e regulamentares no que se refere à proteção do ambiente;
- 17 - Desenvolver todas as atividades necessárias à aplicação do Regulamento para Lançamento de Efluentes Industriais na Rede de Coletores de Lisboa;
- 18 - Colaborar na definição e acompanhamento da monitorização da qualidade da água do estuário do Tejo;
- 19 - Emitir parecer no âmbito do licenciamento industrial ou de outras atividades económicas com emissões poluentes relevantes, no que se refere às diferentes vertentes ambientais, designadamente, águas residuais, resíduos, ruído e emissões atmosféricas, tendo por base no normativo legal aplicável;
- 20 - Desenvolver e promover a implementação de iniciativas que promovam a eficiência energética;
- 21 - Desenvolver e promover a estratégia municipal de mitigação e adaptação às alterações climáticas;
- 22 - Desenvolver e promover a implementação do Plano Solar, da Eficiência Energética e Eficiência Hídrica, incluindo um programa para a reutilização da água reciclada;
- 23 - Elaborar o Plano de Gestão de Recursos Hídricos e assegurar o seu cumprimento, designadamente, através da respetiva monitorização;
- 24 - Prosseguir as atribuições legais do Município em matéria de metrologia.

D - Divisão de Sensibilização e Educação Ambiental:

Promover os procedimentos e os atos necessários ao exercício das competências previstas no artigo 79.º da Deliberação n.º 876/2015, de 5 de maio, publicada no «Diário da República», 2.ª série, n.º 98, de 21 de maio de 2015 (Organização dos Serviços Municipais), nomeadamente:

- 1 - Conceber e implementar estratégias de informação, sensibilização e educação ambiental e energética, em articulação com a Direção Municipal de Higiene Urbana, com o Departamento de Marca e Comunicação, bem como com outros serviços e entidades;
- 2 - Desenvolver e avaliar ações de educação e sensibilização ambiental e energética, promovendo, junto e com a população, os valores do ambiente e da sua proteção, bem como da eficiência energética, cooperando com os diversos Serviços Municipais e instituições nacionais e internacionais ligadas à proteção do ambiente e à energia;
- 3 - Desenvolver ações de sensibilização para o uso quotidiano da bicicleta na cidade, em articulação com outros serviços e entidades, públicas e privadas;
- 4 - Promover projetos de educação e sensibilização para o desenvolvimento sustentável (EDS) e para a eficiência energética, junto e com a comunidade educativa;
- 5 - Gerir, de forma dinâmica e interativa, os equipamentos e infraestruturas inseridos nos espaços verdes da Estrutura Verde Municipal, no sentido de desenvolver uma programação

regular de educação para o desenvolvimento sustentável (EDS) e para a eficiência energética, potenciando os diversos recursos aí disponíveis;

- 6 - Articular a realização de eventos e programação nos espaços verdes da Estrutura Verde Municipal;
- 7 - Garantir o funcionamento do Centro de Documentação e outras instalações técnicas destinadas à sensibilização e divulgação de iniciativas da Direção Municipal e à conservação e divulgação de espólio.

E - Departamento de Estrutura Verde:

Promover os procedimentos e os atos necessários ao exercício das competências previstas no artigo 51.º do Despacho n.º 5347-/2015, de 5 de maio, publicada no «Diário da República», 2.ª série, n.º 98, de 21 de maio de 2015 (Orgânica dos Serviços Municipais) e as competências previstas nos artigos 82.º, 83.º e 84.º da Deliberação n.º 876/2015, de 5 de maio, publicada no «Diário da República», 2.ª série, n.º 98, de 21 de maio de 2015, nomeadamente:

- 1 - Colaborar e implementar a estratégia de gestão dos espaços verdes da Estrutura Verde Municipal e do arvoredo urbano sob gestão municipal;
- 2 - Desenvolver planos de gestão sustentável dos espaços verdes da Estrutura Verde Municipal, respetivo edificado e infraestruturas;
- 3 - Efetuar as vistorias previstas na lei;
- 4 - Promover a construção e a requalificação dos espaços verdes, percursos verdes e respetivas ligações, incluídos da Estrutura Verde Municipal, em articulação com a Unidade de Coordenação Territorial, incluindo a fiscalização da execução dos respetivos projetos;
- 5 - Gerir os contratos de instalação e manutenção de equipamentos lúdico desportivos nos espaços verdes da Estrutura Verde Municipal;
- 6 - Contribuir com orientações para a utilização/ocupação dos espaços verdes da Estrutura Verde Municipal, nomeadamente, com eventos, feiras, venda ambulante e similar;
- 7 - Definir os requisitos técnicos a observar na manutenção dos espaços verdes da Estrutura Verde Municipal, e do arvoredo urbano sob gestão municipal, quer esta seja assegurada por administração direta, por contratos de prestação de serviços de manutenção ou protocolos;
- 8 - Promover ações de fiscalização técnica nos espaços verdes mantidos por outras entidades, de forma a assegurar o cumprimento dos níveis de serviço contratados ou protocolados, em função das necessidades identificadas e em conformidade com os prazos acordados;
- 9 - Assegurar o cadastro dos espaços verdes da Estrutura Verde Municipal e respetivos equipamentos e elementos de água, bem como do arvoredo urbano sob gestão municipal, em articulação com o Departamento de Sistemas de Informação e Direção Municipal de Gestão Patrimonial;
- 10 - Promover e fiscalizar a execução dos projetos de construção e manutenção da rede ciclável incluída na área da Estrutura Verde Municipal, em articulação com a Direção Municipal de Urbanismo e com a Direção Municipal de Mobilidade e Transportes;

11 - Determinar a remoção ou despejo voluntários ou coercivos de utilizações / ocupações dos espaços verdes da Estrutura Verde Municipal;

12 - Sem prejuízo da transferência de competências para as freguesias, nos termos da Lei n.º 56/2012, de 8 de novembro, autorizar o corte das árvores existentes na via pública e jardins, bem como cortes culturais sistemáticos (desbaste e desrame) e cortes de árvores isoladas, existentes nas vias públicas dentro do perímetro das áreas sujeitas ao Regime Florestal;

13 - Autorizar a realização de piqueniques no Parque Florestal de Monsanto e restantes matas municipais;

14 - Autorizar a venda de lenha, pinhas e ervas produzidas nas matas municipais;

15 - Autorizar o empréstimo de objetos ornamentais dos espaços verdes da Estrutura Verde Municipal;

16 - Autorizar o aluguer e venda de plantas de ornamentação;

17 - Autorizar a cedência definitiva e venda de plantas para a jardinagem e florestação;

18 - Exercer a competência prevista no n.º 2 do artigo 5.º da Lei n.º 97/88, de 17 de agosto, no âmbito dos espaços verdes da Estrutura Verde Municipal;

19 - Promover a instalação, gestão e manutenção das hortas urbanas nos espaços verdes da Estrutura Verde Municipal;

20 - Assegurar a limpeza e manutenção dos elementos de água (fontes, chafarizes, lagos, fontanários e minas) incluídos na Estrutura Verde Municipal, bem como promover as obras de conservação e restauro dos mesmos;

21 - Assegurar a gestão das Estufas e os Viveiros Municipais;

22 - Assegurar a gestão da Estufa Fria;

23 - Assegurar a gestão do Parque Florestal de Monsanto;

24 - Assegurar a gestão do Centro de Reabilitação de Aves Silvestres;

25 - No âmbito do Sistema Nacional de Prevenção e Proteção da Floresta Contra Incêndios, e relativamente às competências legalmente conferidas ao Presidente da Câmara no Decreto-Lei n.º 124/2006, de 28 de junho, na sua atual redação, e das que lhe foram delegadas através da Deliberação n.º 235/2015, publicada no 2.º Suplemento ao *Boletim Municipal* n.º 1103, de 9 de abril:

a) Promover as ações e atividades necessárias ao planeamento municipal, à defesa de pessoas e bens, à defesa dos espaços florestais do Município de Lisboa, à vigilância, deteção e combate a incêndios, com a participação do Regimento de Sapadores Bombeiros, e prestar apoio à atuação do Regimento no que diz respeito às competências deste, de vigilância, deteção e combate a incêndios, nos espaços florestais do Município;

b) Proceder à fiscalização do cumprimento das normas de proteção da floresta contra incêndios por parte dos particulares, em articulação com o Vereador responsável pela área da Segurança.

26 - Relativamente à área abrangida pela Estrutura Verde Municipal e no que respeita às competências previstas no Decreto-Lei n.º 268/2009, de 29 de setembro, bem como às competências previstas no Decreto-Lei n.º 310/2002,

de 18 de dezembro, na sua redação atual, e sem prejuízo do disposto na Lei n.º 56/2012, de 8 de novembro (Reforma Administrativa de Lisboa):

a) Instruir os pedidos de licenciamento de arraiais, romarias, bailes, provas desportivas e outros divertimentos públicos, nos termos do n.º 1 do artigo 29.º, incluindo os casos do artigo 33.º;

b) Exercer as competências de fiscalização prevista no artigo 27.º.

27 - Relativamente à área exclusivamente abrangida pela Estrutura Verde Municipal, instruir e fiscalizar o cumprimento de todos os pedidos previstos no Regime Jurídico de Acesso e Exercício de Atividades de Comércio, Serviços e Restauração, aprovado em anexo ao Decreto-Lei n.º 10/2015, de 16 de janeiro, cuja competência para a decisão seja do Presidente da Câmara, à exceção da competência em matéria de instrução de processos contraordenacionais e aplicação das respetivas coimas;

28 - Promover os procedimentos e os atos necessários à gestão e dinamização da Quinta Pedagógica de Lisboa.

II - Nos termos do n.º 2 do artigo 46.º do Código de Procedimento Administrativo, fica o diretor municipal da Estrutura Verde, Ambiente e Energia, Sr. Eng.º Ângelo Horácio de Carvalho Mesquita, autorizado a subdelegar nos respetivos dirigentes as competências que lhe foram subdelegadas pelo presente Despacho, com faculdade de subdelegação.

III - Nos termos do n.º 3 do artigo 44.º do Código de Procedimento Administrativo, ficam, igualmente, subdelegadas no diretor municipal da Estrutura Verde, Ambiente e Energia, Eng.º Ângelo Horácio de Carvalho Mesquita, a prática de atos de administração ordinária.

IV - No que respeita às competências para a realização de despesas orçamentadas com a aquisição e locação de bens móveis e serviços, a autorização de subdelegação concedida inclui apenas o diretor de departamento respetivo e é limitada a 24 939,89 euros (vinte e quatro mil novecentos e trinta e nove euros e oitenta e nove centimos).

V - O diretor municipal da Estrutura Verde, Ambiente e Energia deverá assegurar o total respeito pelas normas legais e regulamentares em vigor, designadamente o Regulamento Municipal de Execução do Orçamento da CML, em especial as normas reguladoras dos limites de autorização de despesa pública.

VI - No uso das competências subdelegadas deve ser assegurado o cumprimento do n.º 1 do artigo 48.º do Código do Procedimento Administrativo.

VII - São ratificados todos os atos administrativos entretanto praticados, que estejam em conformidade com a presente subdelegação de competências, bem como todos os atos administrativos entretanto praticados no âmbito da delegação e subdelegação de competências que me foram conferidas pelo Despacho n.º 79/P/2013, publicado no 2.º Suplemento ao *Boletim Municipal* n.º 1030, de 14 de novembro.

VIII - O presente Despacho produz efeitos imediatos.

Paços do Concelho de Lisboa, em 2016/12/15.

O Vereador,

(a) José Sá Fernandes

SECRETARIA-GERAL

DEPARTAMENTO DE MARCA E COMUNICAÇÃO DIVISÃO DE RELAÇÃO COM O MUNÍCIPE

Processos deferidos

Por despacho da chefe do Atendimento, Sandra Godinho (SG/DMC/DRM) (ao abrigo da subdelegação de competências obtida pelo Despacho n.º 4/SG/DMC/2015, publicado no Boletim Municipal n.º 1134, de 2015/11/12):

- 13 094/OTR - José Luís Rosa da Fonseca Noéme - Rua de São Julião, 78/84 - Por despacho dado em 2016/12/07. - *Com os seguintes fundamentos: Concordo com a informação. Proceda-se ao averbamento solicitado, nos termos propostos e com fundamento no n.º 9 do artigo 9.º do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação.*
- 12 932/OTR - Joana Cristina Lopes de Freitas - Rua 19 (Bairro da Encarnação), 3 - Por despacho dado em 2016/12/07. - *Com os seguintes fundamentos: Concordo com a informação. Proceda-se ao averbamento solicitado, nos termos propostos e com fundamento no n.º 10 do artigo 9.º do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação.*
- 12 937/OTR - Ordem dos Médicos - Avenida Almirante Gago Coutinho, 145/145-B - Por despacho dado em 2016/12/13. - *Com os seguintes fundamentos: Concordo com a informação. Proceda-se ao averbamento solicitado, nos termos propostos e com fundamento no n.º 10 do artigo 9.º do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação.*
- 13 004/OTR - Caixa Económica - Montepio Geral - Rua do Vale de Pereiro, 1-C/1-F - Por despacho dado em 2016/12/07. - *Com os seguintes fundamentos: Concordo com a informação. Proceda-se ao averbamento solicitado, nos termos propostos e com fundamento no n.º 9 do artigo 9.º do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação.*
- 13 003/OTR - Caixa Económica - Montepio Geral - Rua do Vale de Pereiro, 1-C/1-F - Por despacho dado em 2016/12/07. - *Com os seguintes fundamentos: Concordo com a informação. Proceda-se ao averbamento solicitado, nos termos propostos e com fundamento no n.º 9 do artigo 9.º do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação.*
- 13 002/OTR - Caixa Económica - Montepio Geral - Rua do Vale de Pereiro, 1-C/1-F - Por despacho dado em 2016/12/07. - *Com os seguintes fundamentos: Concordo com a informação. Proceda-se ao averbamento solicitado, nos termos propostos e com fundamento no n.º 9 do artigo 9.º do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação.*
- 13 163/OTR - Centesol - Sociedade de Construções, S.A. - Rua José Estêvão, 131 - Por despacho dado em 2016/12/07. - *Com os seguintes fundamentos: Concordo com a informação. Proceda-se ao averbamento solicitado, nos termos propostos e com fundamento no n.º 9 do artigo 9.º do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação.*
- 13 162/OTR - Centesol - Sociedade de Construções, S.A. - Rua José Estêvão, 131 - Por despacho dado em 2016/12/07. - *Com os seguintes fundamentos: Concordo com a informação. Proceda-se ao averbamento solicitado, nos termos propostos e com fundamento no n.º 9 do artigo 9.º do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação.*

- 12 416/OTR - Banco Comercial Português, S.A. - Rua Presidente Arriaga, 41/43 - Por despacho dado em 2016/12/07. - *Com os seguintes fundamentos: Concordo com a informação. Proceda-se ao averbamento solicitado, nos termos propostos e com fundamento no n.º 9 do artigo 9.º do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação.*
- 12 890/OTR - N. O. D. Imobiliária, Ltd.ª - Rua Luciano Cordeiro, 35 - Por despacho dado em 2016/12/15. - *Com os seguintes fundamentos: Concordo com a informação. Proceda-se ao averbamento solicitado, nos termos propostos e com fundamento no n.º 10 do artigo 9.º do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação.*
- 13 398/OTR - Tiago Ferreira de Almeida Viegas Soares e outro - Rua de São Domingos (Lapa), 44, r/c - Por despacho dado em 2016/12/16. - *Com os seguintes fundamentos: Concordo com a informação. Proceda-se ao averbamento solicitado, nos termos propostos e com fundamento no n.º 9 do artigo 9.º do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação.*
- 13 399/OTR - Tiago Ferreira de Almeida Viegas Soares e outro - Rua de São Domingos (Lapa), 44, r/c - Por despacho dado em 2016/12/16. - *Com os seguintes fundamentos: Concordo com a informação. Proceda-se ao averbamento solicitado, nos termos propostos e com fundamento no n.º 9 do artigo 9.º do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação.*
- 13 259/OTR - Quintin John Barry - Avenida Dom Carlos I, 74, 4.º - Por despacho dado em 2016/12/16. - *Com os seguintes fundamentos: Concordo com a informação. Proceda-se ao averbamento solicitado, nos termos propostos e com fundamento no n.º 9 do artigo 9.º do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação.*
- 13 261/OTR - Quintin John Barry - Avenida Dom Carlos I, 74, 4.º - Por despacho dado em 2016/12/16. - *Com os seguintes fundamentos: Concordo com a informação. Proceda-se ao averbamento solicitado, nos termos propostos e com fundamento no n.º 9 do artigo 9.º do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação.*

DIREÇÃO MUNICIPAL

FINANÇAS

Despacho n.º 2/DMF/2016

Atendendo à minha ausência por motivo de férias no período de 2016/12/27 a 2017/01/11, designo para me substituir, ao abrigo do disposto do n.º 2 do artigo 42.º do Código de Procedimento Administrativo, no período de 2016/12/27 a 2016/12/30 a chefe da Divisão de Registo de Operações, Dr.ª Maria Regina Seródio Pereira, e no período de 2017/01/02 a 2017/01/11, a diretora do Departamento de Orçamento e Controle de Gestão, Dr.ª Cecília Maria Fagundes de Melo.

Lisboa, em 2016/12/20.

A diretora municipal de Finanças,
(a) Paula Maria Reis Costa

DIREÇÃO MUNICIPAL

RECURSOS HUMANOS

DEPARTAMENTO DE GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS

Despacho n.º 4/DGRH/2016

Nos termos e para efeitos do disposto no n.º 2 do artigo 42.º do Código do Procedimento Administrativo, aprovado em anexo ao Decreto-Lei n.º 4/2015, de 7 de janeiro, considerando a ausência por motivo de gozo de férias nos dias 23 a 30 de dezembro do corrente ano e a necessidade de assegurar a regularidade das funções e competências que me foram atribuídas designo para me substituir no referido período a chefe da Divisão de Planeamento e Gestão de Recursos Humanos, Dr.ª Isabel Maria Mano Castela Neves.

Lisboa, em 2016/12/22.

O diretor do Departamento de Gestão de Recursos Humanos,
(a) *João Pedro Contreiras*

DIVISÃO DE PLANEAMENTO E GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS

NÚCLEO DE CONTRATAÇÃO

Conclusão com sucesso do período experimental

DMI - Por despacho de 23 de novembro de 2016 do diretor do Departamento de Gestão de Recursos Humanos, foi determinada a conclusão com sucesso do período experimental de Ana Sofia Pires dos Santos, Bruno Miguel Capelo Raposo, João Carlos de Sá Queirós, João Manuel Neves Antunes e Nelson Valter Ferreira Martins Nogueira, com a remuneração mensal ilíquida de 1647,74 euros, na carreira/categoria de especialista de informática do grau 1, nível 2, correspondendo aquela remuneração ao posicionamento entre o nível 23 e 24 da tabela remuneratória única dos trabalhadores que exercem funções públicas.

DMC - Por despacho de 23 de novembro de 2016 do diretor do Departamento de Gestão de Recursos Humanos, foi determinada a conclusão com sucesso do período experimental de Ana Teresa Ramilo Nunes Barroso, com a remuneração mensal ilíquida de 1647,74 euros, na carreira/categoria de especialista de informática do grau 1, nível 2 correspondendo aquela remuneração ao posicionamento entre o nível 23 e 24 da tabela remuneratória única dos trabalhadores que exercem funções públicas.

SG - Por despacho de 23 de novembro de 2016 do diretor do Departamento de Gestão de Recursos Humanos, foi determinada a conclusão com sucesso do período experimental de Miguel Rodrigues Pires, com a remuneração mensal ilíquida de 1647,74 euros, na carreira/categoria de especialista

de informática do grau 1, nível 2 correspondendo aquela remuneração ao posicionamento entre o nível 23 e 24 da tabela remuneratória única dos trabalhadores que exercem funções públicas.

DEPARTAMENTO DE DESENVOLVIMENTO E FORMAÇÃO

Despacho n.º 4/DDF/16

Substituição

Considerando a necessidade de assegurar a regularidade do exercício de funções e as competências que me foram conferidas pela diretora Municipal da DMRH através do Despacho n.º 5/DMRH/2015, publicado no *Boletim Municipal* n.º 1125, de 10 de setembro;

Considerando que o período previsível de ausência é inferior a 60 dias, não se verificando, por isso, os requisitos do regime de substituição previsto no Estatuto do Pessoal Dirigente dos Serviços e Organismos da Administração Central, Regional e Local do Estado;

Designo, ao abrigo do disposto no n.º 2 do artigo 42.º do Código do Procedimento Administrativo, aprovado em anexo ao Decreto-Lei n.º 4/2015, de 7 de janeiro, para me substituir durante o meu período de férias o técnico superior do DDF, Dr. Ivo Manuel Pereira Santinhos de Matos Silva, de 27 a 30 de dezembro inclusive.

Lisboa, em 2016/12/23.

A diretora do Departamento de Desenvolvimento e Formação,
(a) *Lúisa Dornellas*

DEPARTAMENTO DE SISTEMAS DE INFORMAÇÃO DIVISÃO DE CONTROLO E INTEGRAÇÃO DE SISTEMAS DE INFORMAÇÃO

Despacho n.º 2/DSI/DCISI/2016

Substituição em período de férias

Durante a minha ausência no gozo de licença para férias e dada a necessidade de assegurar o exercício de gestão corrente dos serviços da Divisão de Controlo e Integração de Sistemas de Informação, designo para me substituir, no período de 27 a 30 de dezembro, o Eng.º António José Mendes Baltazar, especialista informático, a desempenhar as funções nesta Divisão.

Lisboa, em 2016/12/21.

O chefe de divisão,
(a) *Rui Valente*

DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO DE SISTEMAS, INFRAESTRUTURAS E COMUNICAÇÕES

Despacho n.º 3/DSI/DASIC/16

Considerando a necessidade de assegurar a regularidade do exercício de funções e as competências que me foram conferidas, designo, ao abrigo do disposto no n.º 2 do artigo 42.º do Código do Procedimento Administrativo, aprovado em anexo ao Decreto-Lei n.º 4/2015, de 7 de janeiro, para me substituir durante o período de férias de 26 a 30 de dezembro, o especialista de informática, Dr. Cristiano Jacinto Castro Fernandes.

Lisboa, em 2016/12/22.

O chefe de divisão,
(a) *Nuno Miguel*

DIREÇÃO MUNICIPAL

URBANISMO

DEPARTAMENTO DE PLANEAMENTO

Despacho n.º 5/DMU/DP/2016

Estando ausente entre 23 a 30 de dezembro, por motivo de férias, designo em minha substituição:

- No dia 23 de dezembro, a chefe da Divisão do Planeamento Territorial, Arq.ª Sara Filipa Antunes Bragança Fernandes;
- Nos dias 27 a 30 de dezembro, o chefe de Divisão do Plano Diretor Municipal, Eng.º Gonçalo dos Santos Belo.

Lisboa, em 2016/12/22.

O diretor do Departamento de Planeamento,
(a) *Paulo Prazeres Pais*

DEPARTAMENTO DE PROJETOS ESTRUTURANTES

Despacho n.º 3/DMU/DPE/2016

Considerando a necessidade de assegurar a regularidade do exercício das funções e competências que me foram cometidas;

Considerando que o período previsível de ausência (motivado pelo gozo de férias) é inferior a 60 dias, não se verificando, por isso, os requisitos do regime de substituição previstos no artigo 27.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, com a redação do Decreto-Lei n.º 93/2004, de 20 de abril, republicado pelo Decreto-Lei n.º 104/2006, de 7 de junho, que aprovou o Estatuto do Pessoal Dirigente dos Serviços e Organismos da Administração Central, Regional e Local do Estado;

Considerando, assim, que a presente substituição fica sujeita ao regime geral previsto no n.º 2 do artigo 41.º do Código de Procedimento Administrativo.

Designo para me substituir durante a minha ausência:

- No período de 27 de dezembro de 2016 a 3 de janeiro de 2017, o Sr. Arq.º Miguel da Fonseca Ribeiro Pimenta, técnico superior na Divisão de Projetos de Edifícios.

Lisboa, em 2016/12/16.

O chefe da Divisão de Projetos de Edifícios,
(a) *J. L. Santos Guerreiro*

DEPARTAMENTO DE REABILITAÇÃO URBANA DIVISÃO DE LICENCIAMENTO URBANÍSTICO

Despacho n.º 3/DMU/DRU/DLU/2016

Suplência

Considerando a necessidade de assegurar a regularidade do exercício das funções e competências que me foram cometidas através do Despacho n.º 2/DRU/2016, de 11 de outubro de 2016, publicado no *Boletim Municipal* n.º 1191, de 15 de dezembro de 2016;

Considerando a minha ausência, por motivo de férias, no período compreendido entre os dias 28 e 30 de dezembro de 2016;

Considerando que o período previsível de ausência (motivado pelo gozo de férias) é inferior a 60 (sessenta) dias, não se verificando, por isso, os requisitos do regime de substituição previsto no Estatuto do Pessoal Dirigente dos Serviços e Organismos da Administração Central, Regional e Local do Estado.

Designo, ao abrigo do artigo 42.º do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 4/2015, de 7 de janeiro, para me substituir no desempenho das funções inerentes ao cargo de chefe da Divisão de Licenciamento Urbanístico, durante a minha ausência, nas datas supra referidas, a Sr.ª Dr.ª Luísa Isabel Rio Seco da Silva Nobre, chefe da Divisão de Programas de Reabilitação, deste Departamento.

Lisboa, em 2016/12/27.

A chefe de divisão,
(a) *Madalena Cunha*

DEPARTAMENTO DE ESPAÇO PÚBLICO DIVISÃO DE ESTUDOS URBANOS

Despacho n.º 03/DEP/DEU/2016

Por forma a assegurar o normal funcionamento da Divisão de Estudos Urbanos/Departamento de Espaço Público, nomeio para me substituir durante a minha ausência por gozo de férias:

- Entre os dias 23 e 30 de dezembro, a Arq.ª Susana Raposo.

Lisboa, em 2016/12/21.

A chefe de divisão,
(a) *Paula Ferro Rebelo*

DIVISÃO DE CONTROLO DE INTERVENÇÕES EM ESPAÇO PÚBLICO

Despacho n.º 05/DCIEP/2016

Por forma a assegurar o normal funcionamento da Divisão de Controlo de Intervenções em Espaço Público, nomeio para me substituir durante a minha ausência por gozo de férias, entre os dias 27 e 30 de dezembro de 2016, o Sr. Eng.º Helder Martins, técnico superior da DCIEP.

Lisboa, em 2016/12/21.

O chefe de divisão,
(a) *Jorge Bonito*

DIREÇÃO MUNICIPAL

PROJETOS E OBRAS

DEPARTAMENTO DE INFRAESTRUTURAS, VIA PÚBLICA E SANEAMENTO

Processos arquivados

Despacho de 2011/08/25:

- 13 292/CML - Administração Condomínio do prédio «Rua do Olival, 2».
- 15 186/CML - Fernando Simões Leitão Costa.
- 18 006/CML - Submarino do Rio, Ltd.ª.
- 20 867/CML - Maria Germaine Françoise Gardere.
- 26 600/CML - Manuel dos Santos da Silva Ferreira.
- 26 768/CML - EMGI - Investment Group, Unipessoal, Ltd.ª, Submarino do Rio, Ltd.ª.
- 27 192/CML - Planirest Construções, Ltd.ª.
- 30 827/CML - Ferreira - Construções, S. A.

Arquive-se. Rede de Saneamento - Ligação ao coletor municipal). - Os trabalhos foram executados em condições.

- 32 756/CML - N. O. D. - Imobiliário, Ltd.ª. - *Arquive-se. Rede de Saneamento (Planta de cadastro - A planta foi fornecida.*
- 31 244/CML - Real Added Value PN - Fundo Investimentos Imobiliário Fechado.
- 31 348/CML - Lercoul Portugal, Unipessoal, Ltd.ª.
- 32 751/CML - Trirhena - Investimentos Imobiliários, Ltd.ª.
- 33 316/CML - Santa Casa da Misericórdia de Lisboa.
- 33 326/CML - Fernando Fonseca Mendes.
- 33 826/CML - Turtldream - Consultoria e Gestão, Ltd.ª.
- 33 829/CML - Turtldream - Consultoria e Gestão, Ltd.ª.

Arquive-se. Rede de Saneamento (Ponto de ligação) - O caderno de saneamento foi fornecido.

- 7814/CML/15 - António Fernando da Cruz Augusto Neves.
- 25 565/CML - EMGI Investiment Group, Unipessoal, Ltd.ª.

Arquive-se. Acesso a Garagem (Construção) - Os trabalhos foram executados em condições.

- 29 221/CML - Catarina de Melo Pedro Nunes. - *Arquive-se. Reprodução simples de documentos - O desenho foi entregue.*

DEPARTAMENTO DE CONSTRUÇÃO E MANUTENÇÃO DE INFRAESTRUTURAS E VIA PÚBLICA

GABINETE DA DIRETORA

Despacho n.º 4/DMPO/DIVPS/2016

Considerando que me encontrarei de férias no período compreendido entre 23 e 30 de dezembro de 2016;

Considerando a necessidade de assegurar, durante esse período, a regularidade do exercício das funções e competências que me foram atribuídas.

Designo, nos termos do artigo 44.º, ponto 3 do Código de Procedimento Administrativo, para me substituir, durante esta ausência, o chefe da Divisão de Saneamento, Eng.º Miguel Dias Fernandes.

Lisboa, em 2016/12/19.

A diretora de departamento
(a) *Assunção Alves*

DEPARTAMENTO DE PROJETOS E CONSTRUÇÃO DE EQUIPAMENTOS

GABINETE DA DIRETORA

Despacho n.º 5/DPCE/16

Considerando que me encontro de férias de 20 a 30 de dezembro do corrente ano;

Considerando necessidade de assegurar, durante esse período, a regularidade do exercício das funções e competências que me foram atribuídas.

Designo, nos termos do artigo 44.º, ponto 3 do Código do Procedimento Administrativo, para substituir-me de 20 a 25, o Arq.º Luis Braga, chefe da Divisão de Projetos de Equipamentos e de 26 a 30, o Eng.º Carlos Lopes, chefe da Divisão de Projetos e Fiscalização de Instalações Elétricas e Mecânicas.

Lisboa, em 2016/12/19.

A diretora do Departamento de Projetos e Construção de Equipamentos,
(a) *Ana Esteves*

POLÍCIA MUNICIPAL

Edital n.º 16/PM/2016

Viaturas abandonadas

Faz-se saber que, nos termos dos artigos 163.º e seguintes do Código da Estrada, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 114/94, de 3 de maio, alterado pelo Decreto-Lei n.º 44/2005, de 23 de fevereiro e pela Lei n.º 72/2013, de 3 de setembro, os veículos abaixo indicados, encontram-se depositados no Parque Municipal, sito no Vale do Forno, Carnide, nesta cidade, serão considerados abandonados e adquiridos por ocupação pela Câmara Municipal de Lisboa, se não forem levantados, no prazo de 45 dias, a contar da data da publicação do presente Edital:

Nome Proprietário	Local de remoção	Matrícula	Processo
Desconhecido	Rua da Paz, Lisboa	G43359BL	3588 VR 2012
Ronald Terence Trinder	Rua Natalia Correia, Lisboa	OU02 EAF	7479 VR 2016
Jorge da Silva Magriço	R. do Arco de Carvalho Lisboa	38-11-GG	7704 VR 2016
Desconhecido	Travessa do Pote de Água - Lisboa	AB964DP	7707 VR 2016
Md Lai Mia	Rua do Benfornoso - Lisboa	12-43-QH	7874 VR 2016
Pedro Miguel Madeira Franco	Rua Actor Antonio Cardoso, Lisboa	15-14-FG	7876 VR 2016
Alberto Alves Vieira	Rua Professor Veiga Beirão, Lisboa	26-62-UH	7924 VR 2016
Desconhecido	Parque de Estacionamento do Aeroporto, Lisboa	2180 DDD	7944 VR 2016
Desconhecido	Parque de estacionamento do Aeroporto, Lisboa	RMN-888	7945 VR 2016

Lisboa, em 2016/12/20.

Pel'O comandante,

(a) *Luis António Cardoso Ribeiro* - Subintendente

DIREÇÃO MUNICIPAL

HABITAÇÃO E DESENVOLVIMENTO LOCAL

DEPARTAMENTO DE POLÍTICAS E GESTÃO DE HABITAÇÃO

DIVISÃO DE GESTÃO DE HABITAÇÃO MUNICIPAL

Edital n.º 19/DMHDL/DPGH/DGHM/16

Regulamento do Regime de Acesso à Habitação Municipal

Listas dos pedidos improcedentes rececionados em novembro de 2016


Ao abrigo do artigo 70.º, n.º 1, alínea d) do Código de Procedimento Administrativo notificam-se todos os interessados, do despacho exarado em 23 de dezembro de 2016, na Informação n.º 841/DMHDL/DPGH/DGHM/16, pela diretora municipal da DMHDL, proferido ao abrigo de competências subdelegadas, publicadas no *Boletim Municipal* n.º 1128, de 1 de outubro de 2015, Despacho n.º 117/P/2015, de 18 de setembro de 2015, retificado no *Boletim Municipal* n.º 1129, de 8 de outubro de 2015, e que determinou:


1 - O indeferimento dos pedidos entrados na CML entre 1 a 30 de novembro de 2016, conforme fundamentos da improcedência liminar, constantes das listas anexas, nos termos previstos no artigo 12.º, n.º 1 e n.º 2 do Regulamento do Regime de Acesso à Habitação Municipal, publicado no *Boletim Municipal* n.º 814, de 24 de setembro de 2009 e republicado no 2.º Suplemento ao *Boletim Municipal* n.º 992, de 21 de fevereiro de 2013.

Lisboa, em 2016/12/20.

A diretora municipal,

(a) *Marta Sotto-Mayor*

 Pedidos de habitação municipal improcedentes e outros não classificados rececionados no mês de novembro de 2016		
Nº Candidatura	Nome do Requerente	Motivo (*)
34525/DMHDL/2016	Acácio Duarte Paula Pinto	e)
34540/DMHDL/2016	Amaro Jose Farias Quadrado	b)
34506/DMHDL/2016	Ana Paula Mestre	b)
34437/DMHDL/2016	Ana Paula Nunes Pinto	c)
34399/DMHDL/2016	Ana Soraia Dias Tavares	b)
34597/DMHDL/2016	André José Nunes Cleto	b)
34446/DMHDL/2016	Andreia Cristina Dias Marques	b)
34454/DMHDL/2016	Bárbara de Oliveira Camilo Silva	b)
34387/DMHDL/2016	Brigite Silva Serrano	b)
34579/DMHDL/2016	Carlos Franco Pereira	d)
34581/DMHDL/2016	Cármem Rim Balão	b)
34489/DMHDL/2016	Catarina Isabel dos Santos Pinto Dias	c)

	Pedidos de habitação municipal improcedentes e outros não classificados rececionados no mês de novembro de 2016	
Nº Candidatura	Nome do Requerente	Motivo (*)
34502/DMHDL/2016	Diamantino Henriques Ribeiro	b)
34352/DMHDL/2016	Dina Maria Isidro Matos	e)
34386/DMHDL/2016	Diogo Alexandre dos Santos Esteves	c)
34488/DMHDL/2016	Edineidy Jorsy Amaro da Lomba	a)
34512/DMHDL/2016	Elisângela Samira Oliveira Fonseca Gonçalves	b)
34392/DMHDL/2016	Elsa Antónia da Cruz Baptista	c)
34588/DMHDL/2016	Fábio Soares Peres	b)
34462/DMHDL/2016	Filipa Miriam Domingos Carlos	c)
34391/DMHDL/2016	Geraldo Manuel Cabral Nascimento de Pina	b)
34491/DMHDL/2016	Inês Santos Caeiro	b)
34599/DMHDL/2016	Jandirson Renato da Cruz Monteiro	b)
34366/DMHDL/2016	Jielinda Lopes	b)
34382/DMHDL/2016	Joana Agria	b)
34339/DMHDL/2016	João Pereira Mendes	b)
34430/DMHDL/2016	Jorge dos Santos Tadeu	b)
34464/DMHDL/2016	José António Dias Claro Barbosa Garcia	c)
34344/DMHDL/2016	Joy Martine Dostert	b)
34466/DMHDL/2016	Kátia Flávia Tavares Panzo	d)
34541/DMHDL/2016	Lavinia Andrade Delgado Da Graça	b)
34587/DMHDL/2016	Leiny Mendes Ferreira	b)
34553/DMHDL/2016	Idia Josefa Correia Augusto Hbous	b)
34401/DMHDL/2016	Manuel Jose Pereira Nunes	b)
34373/DMHDL/2016	Manuel Savedra Romão	d)
34331/DMHDL/2016	Marçal da Silva Catalão	f)
34320/DMHDL/2016	Maria Inácia Moraes Branco	c)
34432/DMHDL/2016	Mário Indequê	b)
34548/DMHDL/2016	Melina Bandeira de Carvalho Carneiro	b)
34513/DMHDL/2016	Natasha Louise de Lemos van Doorn	b)
34345/DMHDL/2016	Pedro Alexandre Martins Coelho	f)
34490/DMHDL/2016	Raquel Rocha de Sousa	d)
34528/DMHDL/2016	Rute Isabel Martins Pereira	b)
34334/DMHDL/2016	Simão Malhão Castela	b)
34388/DMHDL/2016	Tânia Cristina Machado Guerra	d)
34521/DMHDL/2016	Tania Maria Rizerio Oliveira	b)
34563/DMHDL/2016	Valeriana Chitula	c)
34573/DMHDL/2016	Vânia Raquel Teixeira Santos	b)
34312/DMHDL/2016	Verónica Franco	b)

a) Improcedente Incompleto

b) Residência fora de Lisboa

c) Improcedência liminar- Incumprimento Condições Acesso

d) Desistência de candidatura

e) Duplicação de candidatura

f) Improcedência liminar - ininteligível

DEPARTAMENTO PARA OS DIREITOS SOCIAIS

Despacho n.º 8/DDS/16

Substituição por ausência

Considerando a necessidade de assegurar a regularidade do funcionamento dos serviços deste Departamento para os Direitos Sociais;

Considerando a minha ausência, por motivo de férias, no período compreendido entre 22 de dezembro de 2016 a 2 janeiro de 2017;

Considerando que o período de ausência é inferior a 60 (sessenta) dias, pelo que não se verificam os requisitos do regime de substituição previstos no artigo 27.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, que aprovou o Estatuto do Pessoal Dirigente dos Serviços e Organismos da Administração Central, Regional e Local do Estado, aplicável à Administração Local por via da Lei n.º 49/2012, de 29 de agosto;

Considerando, assim, que a presente substituição fica sujeita ao regime previsto no artigo 42.º do Código de Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 4/2015, de 7 de janeiro;

Designo, para me substituírem no desempenho das funções inerentes ao cargo de diretora do Departamento para os Direitos Sociais, durante a minha ausência no período supra referido:

- No período de 22 dezembro de 2016 a 26 de dezembro de 2016, a chefe da Divisão para a Participação e Cidadania, Cláudia Rute Lima Pereira Prazeres;
- No período de 27 de dezembro de 2016 a 2 de janeiro de 2017, a chefe da Divisão para a Intervenção Social, Célia Maria da Silva Tereso.

Lisboa, em 2016/12/20.

A diretora,

(a) *Susana Ramos*

DIREÇÃO MUNICIPAL

ESTRUTURA VERDE, AMBIENTE E ENERGIA

Despacho n.º 24/DMEVAE/2016

Subdelegação de competências

I - Nos termos dos artigos 44.º e seguintes do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 4/2015, de 7 de janeiro, e considerando as competências que me foram delegadas e subdelegadas pelo Senhor Vereador, Dr. José Sá Fernandes, através do Despacho n.º 114/P/2016, publicado no *Boletim Municipal* n.º 1193, de 29 de dezembro de 2016, subdelego no chefe da Divisão de Ambiente e Energia (DAE), Eng.º José Fernando Queiroz Canedo dos Santos,

na chefe da Divisão de Sensibilização e Educação Ambiental (DSEA), Dr.ª Emília Castela Batista e no diretor do Departamento da Estrutura Verde (DEV), Eng.º João Augusto de Carvalho Rodrigues, ou em quem legalmente os substitua, as seguintes competências:

A - Em matéria de realização de despesa, contratação pública e conexas:

Subdelego as seguintes competências no chefe da DAE e na chefe da DSEA:

- 1 - Realizar notificações incluindo as de adjudicação de locação e aquisição de bens e serviços;
- 2 - Visar faturas relativas à locação e aquisição de bens e serviços;
- 3 - Praticar os demais atos jurídicos e operações materiais e instrumentais decorrentes do normal desenvolvimento dos procedimentos de contratação devidamente autorizados.

B - Em matéria de realização de despesa, contratação pública e conexas:

Subdelego as seguintes competências no diretor de Departamento do DEV:

- 1 - Adquirir e locar bens e serviços, nos termos da legislação em vigor, para o efeito aprovando os programas de concurso, cadernos de encargos e procedendo às adjudicações respetivas, até ao limite de 24 939,89 euros (vinte e quatro mil novecentos e trinta e nove euros e oitenta e nove centimos), não abrangendo os contratos de fornecimento de serviços, na modalidade de tarefa ou avença com pessoas individuais;
- 2 - Remeter à Central de Compras Municipal os anúncios e as peças patenteadas para efeitos de abertura de procedimentos de contratação de locação e aquisição de bens e serviços;
- 3 - Autorizar a realização de despesas até ao limite de 24 939,89 euros (vinte e quatro mil novecentos e trinta e nove euros e oitenta e nove centimos), no âmbito da celebração de Contratos Públicos, ao abrigo dos n.ºs 1 e 3 do artigo 109.º do Código dos Contratos Públicos (CCP), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, na sua redação atual, conjugado com o artigo 29.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho, exceto no que respeita a contratos de empreitada;
- 4 - Exercer no âmbito da formação dos contratos públicos, as competências instrumentais à condução do respetivo procedimento, incluindo a aprovação das minutas dos contratos e outorgar os contratos de aquisição e de locação de bens móveis e serviços, seja qual for o respetivo valor, desde que a despesa tenha sido previamente autorizada e nos termos do Regulamento do Orçamento Municipal;
- 5 - Aprovar as minutas dos contratos de concessão de exploração do domínio público dos equipamentos existentes na Estrutura Verde e outorgar os respetivos contratos, desde que os respetivos procedimentos de contratação se encontrem devidamente autorizados;
- 6 - Aprovar as minutas dos contratos de uso privativo do domínio público existentes na Estrutura Verde e outorgar os respetivos contratos, desde que os respetivos procedimentos de contratação se encontrem devidamente autorizados;

- 7 - Nos casos em que seja ainda aplicável o Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho, exercer as competências cometidas nesse diploma à entidade adjudicante, sem prejuízo do limite de realização da despesa até 24 939,89 euros (vinte e quatro mil novecentos e trinta e nove euros e oitenta e nove cêntimos);
- 8 - Autorizar a realização de despesas orçamentadas, nos termos legais e até ao limite de 24 939,89 euros (vinte e quatro mil novecentos e trinta e nove euros e oitenta e nove cêntimos);
- 9 - Realizar notificações, incluindo as de adjudicação de locação e aquisição de bens e serviços;
- 10 - Visar faturas relativas à locação e/ou aquisição de bens e serviços;
- 11 - Praticar os demais atos jurídicos e operações materiais e instrumentais decorrentes do normal desenvolvimento dos procedimentos de contratação devidamente autorizados, nos termos estabelecidos no presente despacho.

C - Em matéria de procedimento administrativo:

- 1 - Exercer as competências necessárias à instrução dos procedimentos e à execução das deliberações tomadas em Câmara e das decisões tomadas por mim;
- 2 - Dirigir a instrução dos procedimentos administrativos em curso, no âmbito dos serviços objeto da presente subdelegação de competências, determinando e promovendo a realização das diligências que entenda convenientes para a respetiva instrução, com exceção das que se encontram no âmbito das competências delegadas e subdelegadas nos restantes Senhores Vereadores da Câmara Municipal de Lisboa;
- 3 - Proceder à junção de documentos nos processos referidos no ponto anterior;
- 4 - Enviar documentação a qualquer Serviço Municipal para conhecimento das decisões tomadas;
- 5 - Enviar documentação a qualquer Serviço Municipal que, nos termos das normas e instruções em vigor, tenha de pronunciar-se antes da decisão;
- 6 - Promover a publicação no «Diário da República», no *Boletim Municipal*, ou em Edital, das decisões destinadas a ter eficácia externa;
- 7 - Proceder às notificações e comunicações que forem devidas;
- 8 - Realizar a audiência prévia dos interessados;
- 9 - Indeferir liminarmente os requerimentos não identificados e aqueles cujo pedido seja ininteligível;
- 10 - Indeferir liminarmente os pedidos que, no âmbito da audiência prévia dos interessados, os particulares dentro dos prazos legalmente estabelecidos para o efeito, nada requererem;
- 11 - Arquivar processos, por desinteresse ou desistência dos requerentes e por impossibilidade ou inutilidade superveniente;
- 12 - Promover o andamento de processos já objeto de decisão final, para remessa ao arquivo e requisição ao mesmo, caso necessário;
- 13 - Informar os particulares, sempre que o requeiram, sobre o andamento dos procedimentos em que sejam diretamente interessados;
- 14 - Autorizar a restituição aos interessados de documentos juntos a processos;
- 15 - Assegurar o cumprimento do prazo geral de conclusão dos procedimentos administrativos;
- 16 - Assinar ou visar a correspondência com destino a quaisquer entidades ou organismos de direito público e a pessoas coletivas ou singulares de direito privado, com exceção da correspondência direta com o Presidente da República, Presidente da Assembleia da República, Presidentes dos Supremos Tribunais e do Tribunal Constitucional, Primeiro-Ministro e membros do Governo, Procurador-Geral da República e com Presidentes de outras Câmaras Municipais;
- 17 - Homologar autos de extravio e autos de abate ao inventário dos bens do domínio privado do Município, bens móveis e semoventes incapazes ou inúteis para o serviço e afetos aos Serviços Municipais da DEV, DAE e DSEA;
- 18 - Promover as ações destinadas a assegurar a administração do domínio público municipal;
- 19 - Promover as ações necessárias à administração corrente do Património Municipal e à sua conservação;
- 20 - Modificar ou revogar os atos praticados por funcionários ou agentes afetos aos Serviços Municipais do DEV, DAE e DSEA;
- 21 - Reconhecer a extinção dos procedimentos administrativos em curso nos Serviços Municipais do DEV, DAE e DSEA, ao abrigo do disposto nos artigos 126.º e seguintes do Código do Procedimento Administrativo;
- 22 - Solicitar e fornecer informações a outros Serviços da CML ou a entidades externas ao Município;
- 23 - Designar os representantes do Município para avaliação dos danos causados em bens do Património Municipal ou dele desviado, quando afetos aos Serviços Municipais do DEV, DAE e DSEA;
- 24 - Designar os representantes do Município para fins judiciais, no âmbito de processos relacionados com o DEV, DAE e DSEA;
- 25 - Promover a compilação e tratamento de informação estatística necessária às diferentes áreas de atuação dos Serviços Municipais do DEV, DAE e DSEA, e assegurar os contactos e a colaboração com as entidades responsáveis pela produção de estatísticas com interesse para os citados Serviços;
- 26 - Assinar termos de abertura e encerramento de livros sujeitos a essa formalidade e respetiva rubrica, e chancela nas folhas;
- 27 - Em matéria de livro de reclamações e outras comunicações apresentadas, nos termos dos artigos 37.º e 38.º do Decreto-Lei n.º 135/99, de 22 de abril, alterado pelo Decreto-Lei n.º 73/2014, de 12 de maio, e, com vista a garantir uma boa articulação com todas as Unidades Orgânicas da DMEVAE, subdelego na chefe da DSEA, Dr.ª Emília Castela Batista, a competência prevista no ponto 27, Letra B. do Despacho n.º 114/P/2016, publicado no *Boletim Municipal* n.º 1193, de 29 de dezembro;
- 28 - A competência referida no ponto anterior relativa a livros de reclamações das Unidades Orgânicas da DMEVAE inclui apenas a chefe da Divisão de Sensibilização e Educação Ambiental, Dr.ª Emília Castela Batista;
- 29 - Propor a instauração de processos de inquérito e de averiguações, escolher e nomear os inquiridores e determinar o respetivo arquivamento, ou propor a instauração de processo disciplinar, sem prejuízo do disposto no artigo 14.º, n.º 1 da Lei n.º 58/2008, de 9 de setembro;
- 30 - Enviar ao Tribunal de Contas os processos no âmbito dos procedimentos que tramitem nos respetivos serviços, designadamente para controlo prévio, prestação de informação solicitada, bem como outra que seja necessária no âmbito das áreas e serviços delegados.

D - Divisão do Ambiente e Energia:

Promover os procedimentos e os atos necessários ao exercício das competências previstas no artigo 78.º da Deliberação n.º 876/2015, de 5 de maio, publicada no «Diário da República», 2.ª série, n.º 98, de 21 de maio de 2015 (Organização dos Serviços Municipais), nomeadamente:

- 1 - Efetuar as vistorias previstas na Lei;
- 2 - Instruir os processos de intimação de realização de obras de insonorização acústica, de intimação de apresentação de estudos de minimização de impacto sonoro e dos demais procedimentos aplicáveis no âmbito dos procedimentos relativos a poluição sonora, com exceção dos que se encontrem na área das competências delegadas e subdelegadas nos restantes Senhores Vereadores da Câmara Municipal de Lisboa;
- 3 - Quanto à prevenção do ruído e controlo de poluição sonora, exercer as competências previstas no Decreto-Lei n.º 146/2006, de 31 de julho, e no Regulamento Geral do Ruído, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 9/2007, de 17 de janeiro, com a redação dada pelo Decreto-Lei n.º 278/2007, de 1 de agosto, com exceção das competências em matéria de planeamento do território e relativamente às operações urbanísticas;
- 4 - Remeter informação relevante em matéria do ruído nos termos do artigo 5.º, n.º 2 do Regulamento Geral do Ruído;
- 5 - Preparar mapas de ruído, nos termos do artigo 7.º do Regulamento Geral do Ruído, elaborar relatórios sobre dados acústicos, nos termos do mesmo artigo, bem como preparar planos municipais de redução do ruído, nos termos do artigo 8.º, desenvolvendo as atividades necessárias para dar cumprimento ao artigo 9.º;
- 6 - Preparar o relatório sobre o estado do ambiente acústico municipal, nos termos do artigo 10.º do Regulamento Geral do Ruído;
- 7 - Emitir parecer no âmbito da emissão das licenças especiais de ruído, nos termos do Regulamento Geral do Ruído e do Decreto-Lei n.º 310/2002, na redação do Decreto-Lei n.º 156/2004, de 30 de junho, sem prejuízo da transferência de competências para as freguesias, nos termos da Lei n.º 56/2012, de 8 de novembro;
- 8 - Participar na elaboração das cartas de ruído e dos demais documentos sobre ruído, no âmbito dos instrumentos de planeamento de território;
- 9 - Assegurar a disponibilidade para consulta dos mapas de ruído e dos planos de ação, bem como garantir a efetiva disponibilidade para consulta pública em sede da sua elaboração, estendendo o período de consulta pública se necessário, nos termos dos artigos 13.º e 14.º do Decreto-Lei n.º 146/2006, de 31 de julho;
- 10 - Fiscalizar o cumprimento do Regulamento Geral do Ruído e decidir medidas para evitar a produção de danos para a saúde humana e para o bem-estar das populações, nos termos dos respetivos artigos 26.º e 27.º;
- 11 - Promover ações com especialidades na área de controlo de qualidade, de forma a que haja um apoio credenciado nas ações de fiscalização;
- 12 - Promover a consulta pública dos Estudos de Impacte Ambiental no Concelho de Lisboa, ao abrigo do Decreto-Lei n.º 151-B/2013, de 31 de outubro;

- 13 - Elaborar pareceres sobre os Estudos de Impacte Ambiental;
- 14 - Instruir os processos de obras de correção de deficiências sanitárias e praticar os demais atos que se mostrem necessários;
- 15 - Praticar todos os atos destinados a assegurar a administração de águas oriundas de fontes naturais, com vista à sua utilização nos jardins e espaços verdes;
- 16 - Colaborar no cumprimento das disposições legais e regulamentares no que se refere à proteção do ambiente;
- 17 - Desenvolver todas as atividades necessárias à aplicação do Regulamento para Lançamento de Efluentes Industriais na Rede de Coletores de Lisboa;
- 18 - Colaborar na definição e acompanhamento da monitorização da qualidade da água do estuário do Tejo;
- 19 - Emitir parecer no âmbito do licenciamento industrial ou de outras atividades económicas com emissões poluentes relevantes, no que se refere às diferentes vertentes ambientais, designadamente águas residuais, resíduos, ruído e emissões atmosféricas, tendo por base no normativo legal aplicável;
- 20 - Desenvolver e promover a implementação de iniciativas que promovam a eficiência energética;
- 21 - Desenvolver e promover a estratégia municipal de mitigação e adaptação às alterações climáticas;
- 22 - Desenvolver e promover a implementação do Plano Solar, da Eficiência Energética e Eficiência Hídrica, incluindo um programa para a reutilização da água reciclada;
- 23 - Elaborar o Plano de Gestão de Recursos Hídricos e assegurar o seu cumprimento, designadamente, através da respetiva monitorização;
- 24 - Prosseguir as atribuições legais do Município em matéria de metrologia.

E - Divisão de Sensibilização e Educação Ambiental:

Promover os procedimentos e os atos necessários ao exercício das competências previstas no artigo 79.º da Deliberação n.º 876/2015, de 5 de maio, publicada no «Diário da República», 2.ª série, n.º 98, de 21 de maio de 2015 (Organização dos Serviços Municipais), nomeadamente:

- 1 - Conceber e implementar estratégias de informação, sensibilização e educação ambiental e energética, em articulação com a Direção Municipal de Higiene Urbana, com o Departamento de Marca e Comunicação, bem como com outros serviços e entidades;
- 2 - Desenvolver e avaliar ações de educação e sensibilização ambiental e energética, promovendo, junto e com a população, os valores do ambiente e da sua proteção, bem como da eficiência energética, cooperando com os diversos serviços municipais e instituições nacionais e internacionais ligadas à proteção do ambiente e à energia;
- 3 - Desenvolver ações de sensibilização para o uso quotidiano da bicicleta na cidade, em articulação com outros serviços e entidades, públicas e privadas;
- 4 - Promover projetos de educação e sensibilização para o desenvolvimento sustentável (EDS) e para a eficiência energética, junto e com a comunidade educativa;
- 5 - Gerir, de forma dinâmica e interativa, os equipamentos e infraestruturas inseridos nos espaços verdes da Estrutura Verde Municipal, no sentido de desenvolver uma programação

regular de educação para o desenvolvimento sustentável (EDS) e para a eficiência energética, potenciando os diversos recursos aí disponíveis;

- 6 - Articular a realização de eventos e programação nos espaços verdes da Estrutura Verde Municipal;
- 7 - Garantir o funcionamento do Centro de Documentação e outras instalações técnicas destinadas à sensibilização e divulgação de iniciativas da Direção Municipal e à conservação e divulgação de espólio;
- 8 - Promover os procedimentos e os atos necessários à gestão e dinamização da Quinta Pedagógica de Lisboa.

F - Departamento de Estrutura Verde:

Promover os procedimentos e os atos necessários ao exercício das competências previstas no artigo 51.º do Despacho n.º 5347/2015, de 5 de maio, publicada no «Diário da República», 2.ª série, n.º 98, de 21 de maio de 2015 (Orgânica dos Serviços Municipais) e as competências previstas nos artigos 82.º, 83.º e 84.º da Deliberação n.º 876/2015, de 5 de maio, publicada no «Diário da República», 2.ª série, n.º 98, de 21 de maio de 2015, nomeadamente:

- 1 - Colaborar e implementar a estratégia de gestão dos espaços verdes da Estrutura Verde Municipal e do arvoredo urbano sob gestão municipal;
- 2 - Desenvolver planos de gestão sustentável dos espaços verdes da Estrutura Verde Municipal, respetivo edificado e infraestruturas;
- 3 - Efetuar as vistorias previstas na lei;
- 4 - Promover a construção e a requalificação dos espaços verdes, percursos verdes e respetivas ligações, incluídos da Estrutura Verde Municipal, em articulação com a Unidade de Coordenação Territorial, incluindo a execução e a fiscalização da execução dos respetivos projetos;
- 5 - Gerir os contratos de instalação e manutenção de equipamentos lúdico desportivo nos espaços verdes da Estrutura Verde Municipal;
- 6 - Contribuir com orientações para a utilização e ocupação dos espaços verdes da Estrutura Verde Municipal, nomeadamente com eventos, feiras, venda ambulante e similar;
- 7 - Definir os requisitos técnicos a observar na manutenção dos espaços verdes da Estrutura Verde Municipal, e do arvoredo urbano sob gestão municipal, quer esta seja assegurada por administração direta, por contratos de prestação de serviços de manutenção ou protocolos;
- 8 - Promover ações de fiscalização técnica nos espaços verdes mantidos por outras entidades, de forma a assegurar o cumprimento dos níveis de serviço contratados ou protocolados, em função das necessidades identificadas e em conformidade com os prazos acordados;
- 9 - Assegurar o cadastro dos espaços verdes da Estrutura Verde Municipal e respetivos equipamentos e elementos de água, bem como do arvoredo urbano sob gestão municipal, em articulação com o Departamento de Sistemas de Informação e Direção Municipal de Gestão Patrimonial;
- 10 - Promover e fiscalizar a execução dos projetos de construção e manutenção da rede ciclável incluída na área da Estrutura Verde Municipal, em articulação com a Direção Municipal de Urbanismo e com a Direção Municipal de Mobilidade e Transportes;

11 - Determinar a remoção ou despejo voluntários ou coercivos de utilizações e ocupações dos espaços verdes da Estrutura Verde Municipal;

12 - Sem prejuízo da transferência de competências para as freguesias, nos termos da Lei n.º 56/2012, de 8 de novembro, autorizar o corte das árvores existentes na via pública e jardins, bem como cortes culturais sistemáticos (desbaste e desrame) e cortes de árvores isoladas, existentes nas vias públicas dentro do perímetro das áreas sujeitas ao Regime Florestal;

13 - Autorizar a realização de piqueniques no Parque Florestal de Monsanto e restantes matas municipais;

14 - Autorizar a venda de lenha, pinhas e ervas produzidas nas matas municipais;

15 - Autorizar o empréstimo de objetos ornamentais dos espaços verdes da Estrutura Verde Municipal;

16 - Autorizar o aluguer e venda de plantas de ornamentação;

17 - Autorizar a cedência definitiva e venda de plantas para a jardinagem e florestação;

18 - Exercer a competência prevista no n.º 2 do artigo n.º 5 da Lei n.º 97/88, de 17 de agosto, no âmbito dos espaços verdes da Estrutura Verde Municipal;

19 - Promover a instalação, gestão e manutenção das hortas urbanas nos espaços verdes da Estrutura Verde Municipal;

20 - Assegurar a limpeza e manutenção dos elementos de água (fontes, chafarizes, lagos, fontanários e minas) incluídos na Estrutura Verde Municipal, bem como promover as obras de conservação e restauro dos mesmos;

21 - Assegurar a gestão das estufas e os viveiros municipais;

22 - Assegurar a gestão da Estufa-fria;

23 - Assegurar a gestão do Parque Florestal de Monsanto;

24 - Assegurar a gestão do Centro de Recuperação de Animais Silvestres de Lisboa;

25 - No âmbito do Sistema Nacional de Prevenção e Proteção da Floresta Contra Incêndios, e relativamente às competências legalmente conferidas ao Presidente da Câmara no Decreto-Lei n.º 124/2006, de 28 de junho, na sua atual redação, e das que lhe foram delegadas através da Deliberação n.º 235/2015, publicada no 2.º Suplemento ao *Boletim Municipal* n.º 1103, de 9 de abril:

- a) Promover as ações e atividades necessárias ao planeamento municipal, à defesa de pessoas e bens, à defesa dos espaços florestais do Município de Lisboa, à vigilância, deteção e combate a incêndios, com a participação do Regimento de Sapadores Bombeiros, e prestar apoio à atuação do Regimento no que diz respeito às competências deste, de vigilância, deteção e combate a incêndios, nos espaços florestais do Município;
- b) Proceder à fiscalização do cumprimento das normas de proteção da floresta contra incêndios por parte dos particulares, em articulação com o Pelouro responsável pela área da Segurança;

26 - Relativamente à área abrangida pela Estrutura Verde Municipal e no que respeita às competências previstas no Decreto-Lei n.º 268/2009, de 29 de setembro, bem como às competências previstas no Decreto-Lei n.º 310/2002,

de 18 de dezembro, na sua redação atual, e sem prejuízo do disposto na Lei n.º 56/2012, de 8 de novembro (Reforma Administrativa de Lisboa):

- a) Instruir os pedidos de licenciamento de arraiais, romarias, bailes, provas desportivas e outros divertimentos públicos, nos termos do n.º 1 do artigo 29.º, incluindo os casos do artigo 33.º;
- b) Exercer as competências de fiscalização prevista no artigo 27.º.

27 - Relativamente à área exclusivamente abrangida pela Estrutura Verde Municipal, instruir e fiscalizar o cumprimento, de todos os pedidos previstos no Regime Jurídico de Acesso e Exercício de Atividades de Comércio, Serviços e Restauração, aprovado em anexo ao Decreto-Lei n.º 10/2015, de 16 de janeiro, cuja competência para a decisão seja do Presidente da Câmara, à exceção da competência em matéria de instrução de processos contraordenacionais e aplicação das respetivas coimas.

II - Nos termos dos artigos 44.º e seguintes do Código de Procedimento Administrativo, fica o diretor do Departamento de Estrutura Verde, autorizado a subdelegar nos respetivos dirigentes as competências que lhe foram subdelegadas pelo presente Despacho, com faculdade de subdelegação.

III - Nos termos do n.º 3 do artigo 44.º do Código de Procedimento Administrativo, ficam igualmente subdelegadas no diretor de Departamento da Estrutura Verde, no chefe da Divisão de Ambiente e Energia e na chefe da Divisão de Sensibilização e Educação Ambiental, a prática de atos de administração ordinária.

IV - No que respeita às competências para a realização de despesas orçamentadas com a aquisição e locação de bens móveis e serviços, a autorização de subdelegação concedida inclui apenas o diretor de Departamento de Estrutura Verde respetivo e é limitada a 24 939,89 euros (vinte e quatro mil novecentos e trinta e nove euros e oitenta e nove cêntimos).

V - O diretor do DEV, deverá assegurar o total respeito pelas normas legais e regulamentares em vigor, designadamente o Regulamento Municipal de Execução do Orçamento da CML, em especial as normas reguladoras dos limites de autorização de despesa pública.

VI - No uso das competências subdelegadas deve ser assegurado o cumprimento do n.º 1 do artigo 48.º do Código do Procedimento Administrativo.

VII - São ratificados todos os atos administrativos entretanto praticados pelo diretor do Departamento da Estrutura Verde, pelo chefe da Divisão de Ambiente e Energia e pela chefe da Divisão de Sensibilização e Educação Ambiental, que estejam em conformidade com a presente subdelegação de competências.

VIII - O presente Despacho produz efeitos imediatos.

Lisboa, em 2016/12/21.

O diretor municipal,
(a) *Ángelo Mesquita*

DIVISÃO DE GESTÃO CEMITERIAL

Anúncio n.º 34/DMEVAE/DGC/16

Cemitério dos Prazeres

Restos mortais não reclamados

No âmbito do artigo 16.º do Decreto-Lei n.º 411/98, de 30 de dezembro, dá-se conhecimento que, a Câmara Municipal de Lisboa, irá proceder à «cremação por iniciativa do cemitério» dos restos mortais de:

Vicente Caetano Massa - Inumado em 25/06/1864 - Registo n.º 1519.
Josefa Guilhermina Stelhey Massa - Inumada em 11/05/1897 - Registo n.º 18239.
Francisco Ferrari da Silva Carvalho - Inumado em 27/03/1916 - Registo n.º 29652.
Maria Sarah Sancho de Noronha Penaguia - Inumada em 07/08/1918 - Registo n.º 32605.
Francisco Silva Carvalho - Inumado em 06/11/1923 - Registo n.º 36660.
Maria Emília de Noronha Penaguião - Inumada em 17/03/1924 - Registo n.º 36988.
Miguel Francisco - Inumado em 11/12/1897 - Registo n.º 18570.
Albina - Inumada em 11/12/1897 - Registo n.º 18570.
Manoel - Inumado em 11/12/1897 - Registo n.º 18570.
Elvira - Inumada em 11/12/1897 - Registo n.º 18570.
Júlio - Inumado em 26/02/1893 - Registo n.º 15242.
Adelaide Sofia Rosa de Carvalho - Inumado em 11/05/1888 - Registo n.º 12045.
Júlia Nascimento Costa - Inumada em 22/04/1897 - Registo n.º 18128.
Emília Rosa Vieira - Inumada em 27/11/1897 - Registo n.º 18548.
Luís Felipe Rosa Ramos - Inumado em 27/04/1895 - Registo n.º 16774.
Ana Isabel Moreira de Brito Verbo da Cunha - Inumada em 14/05/1902 - Registo n.º 21459.

No entanto, poderão ainda ser reclamados no prazo de um mês, contado após a data da publicação do presente Anúncio.

De acordo com o disposto na Nota interna DIV/110/08/DMAU/DAEV/DGC, o destino final das cinzas será o Cendário.

Lisboa, em 2016/12/21.

A chefe de divisão,
(a) *Sara Gonçalves*

Anúncio n.º 35/DMEVAE/DGC/16

Cemitério de Benfica

Jazigos particulares abandonados

Nos termos do artigo 66.º do Regulamento dos Cemitérios Municipais de Lisboa, avisam-se os interessados nos jazigos particulares abaixo mencionados que devem regularizar

a sua situação no prazo de 60 dias a contar da data da publicação deste Anúncio, sob pena de ser considerada prescrita a respetiva concessão.

Na Secretaria do Cemitério serão prestados os esclarecimentos necessários.

Número		Nomes		Data de
Jazigo	Rua/Lado	Concessionários	Falecidos inumados	inumação
72	3 - Dtº.	Maria d'Assumpção Araujo	José Claro de Araujo Maria d'Assunção Araujo (concessionária)	18-10-1912 25-11-1926
101	1 - Dtº.	Casimiro Martins Pinto de Campos Alice Teixeira Pinto de Campos	Lidia das Dores Pedrosa Campos Luiza Pinto de Campos Alfredo Augusto de Melo Margarida Augusta da Conceição Salvador Martins Pinto de Campos António Ferreira de Melo Helena Martins Pinto de Campos Horácio Pinto de Campos Maria Amélia Pinto de Campos	15-04-1917 21-06-1921 18-11-1917 15-01-1926 16-07-1927 26-11-1927 08-08-1934 11-09-1935 20-08-1943

Lisboa, em 2016/12/20.

A chefe de divisão,
(a) Sara Gonçalves

Anúncio n.º 37/DMEVAE/DGC/16

Cemitério do Alto de S. João

Jazigos particulares abandonados

Nos termos do artigo 66.º do Regulamento dos Cemitérios Municipais de Lisboa, avisam-se os interessados nos jazigos abaixo mencionados que devem regularizar a sua situação no prazo de 60 dias a contar da data da publicação deste Anúncio, sob pena de ser considerada prescrita a respetiva concessão.

Na Secretaria do Cemitério serão prestados os esclarecimentos necessários.

Número		Nomes		Data de
Jazigo	Rua/Lado	Concessionários	Falecidos inumados	inumação
953	7 - Esqº.	Padre Jorge António da Rocha
2001	15 - Dtº.	Anna Maria Cabral e Silva Octavio Pires da Silva	Maria Magdalena de Jesus Pires da Silva Joaquim Pereira Bernardina de Jesus Maria Roza Maria Carlota do Rosário Pires Braga João José da Silva Junior (concessionário) Maria Adelaide de Freitas Alda Freitas da Silva Maria Carolina Varela Fraga e Silva	04-07-1885 23-07-1889 14-03-1890 14-03-1890 29-09-1894 23-01-1900 27-05-1902 22-11-1926 25-02-1932

Número		Nomes		Data de
Jazigo	Rua/Lado	Concessionários	Falecidos inumados	inumação
2705	11 - Dtº.	Sebastião d' Almeida Soriano	Francisca d'Almeida Soriano Adelaide da Conceição d'Almeida Soriano Lages Maria Tereza Guimarães Soriano Maria Tereza d'Almeida Sebastião d'Almeida Soriano (concessionário) Maria do Céu Soriano Casqueiro	05-04-1983 06-10-1908 22-06-1912 02-09-1912 22-03-1916 03-04-1916
5619	4-A - Esqº	Joaquim Maria ou Joaquim Marques de Almeida Maria Rosalina	José dos Santos Alzira Santos Ana da Silva d'Almeida Manuel da Fonseca Grilo Joaquim Marques de Almeida (concessionário)	27-10-1932 19-07-1933 13-04-1934 30-07-1940 06-03-1948

Lisboa, em 2016/12/20.

A chefe de divisão,
(a) Sara Gonçalves

Anúncio n.º 38/DMEVAE/DGC/16

Cemitério do Lumiar

Desocupação de ossários municipais

No âmbito do artigo 35.º do Regulamento dos Cemitérios Municipais de Lisboa, dá-se conhecimento aos interessados nos compartimentos de ossários municipais, abaixo mencionados, que expiraram os prazos correspondentes ao pagamento da modalidade de ocupação, encontrando-se os restos mortais na situação de abandono.

194	330	617
735	790	792-A/B
1047	1107	1139
1182	1208	1583-A/B
1800	2766-A/B	2770
2819	2866-A/B	2980
3033	3079	3631
4940	5025	5126
5142	5280-A/B	5395
5764	6080	6124
6134	6236	6568-A/B
6577-A/B	6715-A/B	6881
7318	7556	7828
7838	8178-A/B	8410
8732-A/B	8889	9093
9286	9377	10403-A/B
10479	10845	10935
11022-A/B	11118	11216
11845-A/B	11848	13241
13299-A/B	13354-A/B	13392

13397	13455	13541-A/B
13543	13675	13774
14340	14451	14834
14839-A/B	15240	

Lisboa, em 2016/12/21.

A chefe de divisão,
(a) *Sara Gonçalves*

Despacho n.º 4/DMEVAE/DGC/16

Despacho de substituição

Considerando a necessidade de assegurar a regularidade do exercício das funções e competências que me foram cometidas;

Considerando que o período previsível de ausência, motivado pelo gozo de férias, é inferior a 60 dias, não se verificando, por isso, os requisitos do regime de substituição previstos no artigo 27.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, alterada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de agosto e pela Lei n.º 64-A/2008, de 31 de dezembro, que aprovou o Estatuto do Pessoal Dirigente dos Serviços e Organismos da Administração Central, Regional, Local e do Estado;

Considerando, assim, que a presente substituição fica sujeita ao regime geral previsto no n.º 2 do artigo 42.º do Código do Procedimento Administrativo.

Designo para me substituir durante a minha ausência, nos dias de 27 e 28 de dezembro de 2016, o técnico superior, Dr. Paulo Jorge Lobato Lopes e nos dias de 29 e 30 de dezembro, a técnica superior, Dr.ª Inês Regina Martins Ribeiro, a desempenharem funções nesta Divisão.

Lisboa, em 2016/12/16.

A chefe de divisão,
(a) *Sara Gonçalves*

Processos deferidos

Por despacho da chefe da Divisão de Gestão Cemiterial, Dr.ª Sara Gonçalves (ao abrigo do Despacho, de subdelegação de competências, n.º 13/DMEVAE/2015, de 2015/10/13, publicado no *Boletim Municipal* n.º 1131, de 2015/10/22):

Mudança de interessado de compartimento municipal (artigos T1.1.17 ou T7.6.3. da Tabela de Taxas Municipais em vigor)

33 554/CML - Adelina Maria da Costa Ramos dos Santos.
33 592/CML - Maria Dolores Amorim Conde Sarilheiro.
33 673/CML - Maria Irene de Almeida Fernandes Monteiro.
33 777/CML - José António Laranjeira Anselmo.
34 000/CML - Maria da Conceição Silva Tavares Domingues.
34 017/CML - Maria Filomena Mendes Lopes Martins Nunes.
34 088/CML - Anabela da Conceição Vieira Trindade Correia da Silva.

34 091/CML - Anabela da Conceição Vieira Trindade Correia da Silva.

34 215/CML - Maria Isabel Martins Castanheira Diniz Ferrão.

34 219/CML - Isabel Maria Gonzaga da Silva Esteves Guiomar.

Entrada de viatura em cemitério municipal

33 358/CML - Arminda Maria Dias Duarte.

33 822/CML - Emilia Ribeirete Crespo Filipe.

34 127/CML - Jorge dos Santos Jerónimo.

Averbamento de jazigo particular ou sepultura perpétua (artigo 63.º do Regulamento dos Cemitérios Municipais e artigo T7.6.2. da Tabela de Taxas Municipais em vigor)

28 475/CML - José António Leitão Correia e outro.

30 162/CML - Maria do Céu Ferrão Completo e outros.

30 790/CML - António Fernando Almeida Antunes e outros.

31 013/CML - Dalila Seabra Leiria Serra Formigal.

31 144/CML - Francisco Flávio de Albuquerque Sardinha e outros.

31 479/CML - Ana Maria Osório de Castro Mira Mendes e outra.

33 267/CML - Manuel Fernandes da Silva.

Averbamento e 2.ª via de título ou alvará (artigos 63.º e 53.º - n.º 4 do Regulamento dos Cemitérios Municipais e artigos T7.6.2. e T7.6.2.1. da Tabela de Taxas Municipais em vigor)

3795/CML - Hugo Manuel Ferreira Duarte.

Retificação

Por se ter constatado, que na retificação ao Anúncio n.º 7/ DMEVAE/DGC/16, publicada no *Boletim Municipal* n.º 1166, de 2016/06/23, a páginas 1046 e 1047, foram publicadas sepulturas prescritas indevidamente, procede-se à republicação do mesmo, na íntegra, sem essas sepulturas.

Anúncio n.º 7/DMEVAE/DGC/16

Cemitério dos Prazeres

Sepulturas perpétuas prescritas

No âmbito do artigo 67.º do Regulamento dos Cemitérios Municipais de Lisboa, dá-se conhecimento aos concessionários, ou seus representantes, que foram consideradas prescritas as concessões das sepulturas perpétuas, abaixo mencionadas:

Sepulturas Perpétuas - n.ºs 3, 4, 10, 12, 17, 20, 22, 28, 29, 30, 38, 40, 44, 48, 51, 52, 57, 60, 65, 68, 74, 76, 83, 86, 93, 99, 101, 102, 103, 105, 108, 114, 115, 117, 127, 129, 136, 150, 151, 152, 154, 155, 156, 162, 166, 168, 178, 179, 180, 182, 184, 197, 202, 204, 205, 208, 215, 217, 220, 221, 222, 224, 230, 232, 233, 235, 236, 237, 238, 241, 244, 245, 248, 249, 250, 254, 257, 258, 260, 264, 265, 267, 278, 285, 286, 288, 290, 291, 295, 296, 297, 298, 300, 306, 307, 311, 312, 313, 314, 315, 316, 317, 319, 321, 322, 323, 324, 326, 328, 331, 333, 334, 336, 338, 339, 340, 341, 342, 344, 345, 346, 348, 351, 354, 358, 359, 360, 361, 362, 363, 364, 368, 369, 370, 371, 373,

374, 382, 391, 394, 395, 396, 400, 402, 404, 405, 406, 407, 408, 409, 411, 412, 413, 414, 415, 416, 418, 419, 420, 421, 422, 423, 426, 427, 430, 431, 432, 433, 434, 435, 441, 444, 445, 453, 454, 460, 462, 472, 479, 481, 483, 486, 489, 493, 499, 501, 503, 518, 526, 531, 532, 536, 537, 538, 539, 540, 543, 547, 559, 569, 573, 574, 576, 578, 579, 583, 587, 594, 595, 596, 607, 608, 613, 614, 619, 622, 625, 630, 636, 638, 640, 646, 648, 650, 658, 661, 671, 674, 675, 682, 683, 688, 691, 703, 704, 705, 706, 716, 717, 720, 721, 722, 723, 733, 734, 735, 742, 743, 744, 745, 750, 757, 761, 762, 764, 765, 766, 771, 777, 789, 791, 796, 802, 803, 808, 812, 818, 820, 827, 828, 838, 839, 841, 845, 854, 859, 869, 879, 889, 907, 910, 918, 921, 924, 925, 931, 946, 954, 955, 959, 962, 971, 980, 984, 985, 986, 988, 1003, 1024, 1025, 1036, 1042, 1045, 1046, 1050, 1055, 1059, 1066, 1069, 1071, 1076, 1084, 1088, 1091, 1093, 1108, 1110, 1112, 1118, 1119, 1129, 1144, 1147, 1155, 1156, 1157, 1160, 1163, 1167, 1169, 1178, 1198, 1204, 1207, 1219, 1220, 1221, 1222, 1227, 1242, 1244, 1248, 1252, 1259, 1261, 1262, 1264, 1266, 1272, 1273, 1284, 1290, 1296, 1299, 1302, 1308, 1319, 1320, 1321, 1326, 1340, 1341, 1343, 1344, 1354, 1355, 1361, 1362, 1364, 1367, 1378, 1379, 1381, 1384, 1389, 1394.

Lisboa, em 2016/12/22.

A chefe de divisão,
(a) Sara Gonçalves

DEPARTAMENTO DA ESTRUTURA VERDE

Despacho n.º 10/DMEVAE/DEV/16

Suplência

Considerando a necessidade de assegurar a regularidade do exercício das funções e competências que me foram cometidas;

Considerando que o período previsível de ausência, motivado pelo gozo de férias, é inferior a 60 dias, não se verificando, por isso, os requisitos do regime de substituição previstos no artigo 27.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, alterada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de agosto, e pela Lei n.º 64-A-/2008, de 31 de dezembro, que aprovou o Estatuto do Pessoal Dirigente dos Serviços e Organismos da Administração Central, Regional e Local do Estado;

Considerando, assim que a presente substituição fica sujeita ao regime geral previsto no n.º 2 do artigo 42.º do Código de Procedimento Administrativo.

Designo para me substituir durante a minha ausência, no dia 23 de dezembro de 2016, a técnica superior, Arq.ª Maria Teresa da Cunha Lopes, a desempenhar funções na Divisão de Construção e Requalificação de Espaços Verdes.

Lisboa, em 2016/12/21.

O diretor de departamento,
(a) João Augusto Rodrigues

DIVISÃO DE PLANEAMENTO, GESTÃO E MANUTENÇÃO DA ESTRUTURA VERDE

Despacho n.º 8/DMEVAE/DEV/DPGMEV/16

Suplência

Considerando a necessidade de assegurar a regularidade do exercício das funções e competências que me foram cometidas;

Considerando que o período previsível de ausência, motivado pelo gozo de férias, é inferior a 60 dias, não se verificando, por isso, os requisitos do regime de substituição previstos no artigo 27.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, alterada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de agosto, e pela Lei n.º 64-A-/2008, de 31 de dezembro, que aprovou o Estatuto do Pessoal Dirigente dos Serviços e Organismos da Administração Central, Regional e Local do Estado;

Considerando, assim que a presente substituição fica sujeita ao regime geral previsto no n.º 2 do artigo 42.º do Código de Procedimento Administrativo.

Designo para me substituir durante a minha ausência, de 28 a 30 de dezembro de 2016, o técnico superior, Arq.º Rui Vera Cruz, a desempenhar funções nesta Divisão.

Lisboa, em 2016/12/21.

O chefe de divisão,
(a) Artur Madeira

DIREÇÃO MUNICIPAL

HIGIENE URBANA

Processos coercivos extintos por inutilidade superveniente

43/IODLU/15 - Conjuntura Exigente, Unipessoal, Ltd.ª - em liquidação. - Nos termos do despacho exarado em 2016/12/12, pelo chefe da Divisão de Limpeza Urbana, Eng.º Fernando Santos, nos termos das competências subdelegadas, constantes do Despacho n.º 8/DHU/2015, de 12 de outubro de 2015, publicado no «Boletim Municipal» n.º 1131, de 22 de outubro.

24/IODLU - Adelina Dolores Garrido Sanches, Rosa Maria Áspira Alvarez e a cabeça de casal da herança de Eugénio Áspira Alvarez. - Nos termos do despacho exarado em 2016/12/13, pelo chefe da Divisão de Limpeza Urbana, Eng.º Fernando Santos, nos termos das competências subdelegadas, constantes do Despacho n.º 8/DHU/2015, de 12 de outubro de 2015, publicado no «Boletim Municipal» n.º 1131, de 22 de outubro.

32/IODLU - Construtora Gala, Sociedade de Construções Cívicas, Ltd.ª. - Nos termos do despacho exarado em 2016/12/13, pelo chefe da Divisão de Limpeza Urbana, Eng.º Fernando Santos, nos termos das competências subdelegadas, constantes do Despacho n.º 8/DHU/2015, de 12 de outubro de 2015, publicado no «Boletim Municipal» n.º 1131, de 22 de outubro.

Indeferidos

- 13/PIND/14 - Maria Helena Taillet Alves Peçanha Alcoforado.
- Nos termos do despacho exarado pelo diretor municipal de Higiene Urbana, Eng.º Victor Vieira, em 15 de dezembro de 2016, no uso das competências subdelegadas, nos termos do n.º 9 do Despacho n.º 112/P/2016, de 9 de dezembro, publicado no «Boletim Municipal» n.º 1191, de 15 de dezembro.
- 15/PIND - Maria Lurdes Carvalho Xavier. - Nos termos do despacho exarado pelo diretor municipal de Higiene Urbana, Eng.º Victor Vieira, em 14 de dezembro de 2016, no uso das competências subdelegadas, nos termos do n.º 9 do Despacho n.º 112/P/2016, de 9 de dezembro, publicado no «Boletim Municipal» n.º 1191, de 15 de dezembro.
- 20/PIND/14 - Maria Isabel Ramos de Figueiredo Vinagre. - Nos termos do despacho exarado pelo diretor municipal de Higiene Urbana, Eng.º Victor Vieira, em 15 de dezembro de 2016, no uso das competências subdelegadas, nos termos do n.º 9 do Despacho n.º 112/P/2016, de 9 de dezembro, publicado no «Boletim Municipal» n.º 1191, de 15 de dezembro.

Requerimento deferido

- 23/REQDLU - D. Perpétua Maria Guerreiro. - Nos termos do despacho exarado em 2016/12/15, pelo diretor municipal de Higiene Urbana, Eng.º Victor Vieira, no exercício das competências subdelegadas, constantes no Despacho n.º 112/P/2016, de 15 de dezembro, publicado no 1.º Suplemento ao «Boletim Municipal» n.º 1191, de 15 de dezembro.

DIREÇÃO MUNICIPAL

MOBILIDADE E TRANSPORTES

DEPARTAMENTO DE GESTÃO DA MOBILIDADE E TRÁFEGO

Processos despachados

Por despacho da diretora de departamento, Eng.ª Elisabete Carvalho Portalegre (no uso da subdelegação de competências atribuída pelo Despacho n.º 1/DMMT/2016, publicado no *Boletim Municipal* n.º 1156, de 14 de abril de 2016):

Deferidos

- Pedido de substituição de licenças de táxis por substituição de veículo - 2.ª emissão
- 27 428/CML - Táxis João Lourenço, Ltd.ª - Licença n.º 600.
- Nos termos da Informação n.º 2072/DMMT/DGMT/16.

Pedidos de substituição de licenças de táxis por substituição de veículo - 3.ª emissão

- 25 102/CML - Táxi Cerradinho, Ltd.ª - Licença n.º 1046. - Nos termos da Informação n.º 2103/DMMT/DGMT/16.
- 26 043/CML - Táxis Sardenha, Ltd.ª - Licença n.º 1182. - Nos termos da Informação n.º 2084/DMMT/DGMT/16.
- 26 385/CML - Táxis Morgil, Ltd.ª - Licença n.º 1472. - Nos termos da Informação n.º 2104/DMMT/DGMT/16.
- 23 444/CML - Auto Táxis Paulicema, Ltd.ª - Licença n.º 1979.
- Nos termos da Informação n.º 2116/DMMT/DGMT/16.
- 25 549/CML - Joaquim Conceição Rodrigues, Unipessoal, Ltd.ª - Licença n.º 2110. - Nos termos da Informação n.º 2105/DMMT/DGMT/16.
- 31 267/CML - Dinatáxi - Sociedade de Táxis, Ltd.ª - Licença n.º 2874. - Nos termos da Informação n.º 2089/DMMT/DGMT/16.

Pedidos de substituição de licenças de táxis por substituição de veículo - 4.ª emissão

- 31 623/CML - Ricandrê Táxis, Ltd.ª - Licença n.º 573. - Nos termos da Informação n.º 2115/DMMT/DGMT/16.
- 25 112/CML - Auto Táxis Ramoa & Ramos, Unipessoal, Ltd.ª - Licença n.º 1491. - Nos termos da Informação n.º 2085/DMMT/DGMT/16.
- 27 868/CML - Aventuratrans, Ltd.ª - Licença n.º 2292. - Nos termos da Informação n.º 2114/DMMT/DGMT/16.
- 25 480/CML - Autocoope - Cooperativa de Táxis de Lisboa, CRL - Licença n.º 2405. - Nos termos da Informação n.º 2087/DMMT/DGMT/16.
- 18 448/CML - Autocoope - Cooperativa de Táxis de Lisboa, CRL - Licença n.º 2520. - Nos termos da Informação n.º 2088/DMMT/DGMT/16.
- 25 936/CML - Táxis Sardenha, Ltd.ª - Licença n.º 3305. - Nos termos da Informação n.º 2086/DMMT/DGMT/16.

Pedidos de alteração de sede e gerência

- 18 276/CML - Táxis Azóia, Ltd.ª - Licença n.º 760. - Nos termos da Informação n.º 2101/DMMT/DGMT/16.
- 14 775/CML - Auto Táxis António Manuel Bailão, Ltd.ª - Licença n.º 1371. - Nos termos da Informação n.º 2097/DMMT/DGMT/16.
- 16 410/CML - António Joaquim da Fonseca, Ltd.ª - Licença n.º 2714. - Nos termos da Informação n.º 2108/DMMT/DGMT/16.

Pedido de alteração de sede e alvará

- 31 873/CML - Auto Táxis - Santo António do Adopisco, Unipessoal, Ltd.ª - Licença n.º 1055. - Nos termos da Informação n.º 2092/DMMT/DGMT/16.

Pedido de alteração de sede

27 100/CML - Pereira & Conceição, Ltd.^a - Licença n.º 2848.
- *Nos termos da Informação n.º 2095/DMMT/DGMT/16.*

Pedidos de atualização de dados (renovação de alvará)

33 715/CML - Táxis Nabais & Correia, Ltd.^a - Licença n.º 115.
- *Por despacho dado em 2016/12/16.*
33 768/CML - Táxis Lusitalis, Ltd.^a - Licença n.º 122. - *Por despacho dado em 2016/12/19.*
13 885/CML - Auto Táxis Mendel, Ltd.^a - Licença n.º 653.
- *Por despacho dado em 2016/12/12.*
33 301/CML - Auto Táxi Seara Velha, Ltd.^a - Licença n.º 1671.
- *Por despacho dado em 2016/12/14.*
32 553/CML - Auto Táxis Santos & Horta, Ltd.^a - Licença n.º 2358. - *Por despacho dado em 2016/12/07.*
33 771/CML - Auto Táxi Gaspar & Nascimento Gomes, Ltd.^a - Licença n.º 3076. - *Por despacho dado em 2016/12/19.*

Arquivados

10 489/CML/15 - Táxis José Rodrigues & Adelaide, Unipessoal, Ltd.^a - Licença n.º 3329. - *Nos termos da Informação n.º 2025/DMMT/DGMT/16.*
32 098/CML - Auto Táxi Mário & Rebelo, Ltd.^a - Licença n.º 1014.
- *Nos termos da Informação n.º 2120/DMMT/DGMT/16.*

Revogação de despachos

Por despacho da diretora de departamento, Eng.^a Elisabete Carvalho Portalegre (no uso da subdelegação de competências atribuída pelo Despacho n.º 1/DMMT/2016, publicado no *Boletim Municipal* n.º 1156, de 14 de abril de 2016):

Arquivamento dos processos relativos aos pedidos de substituição de licença

7470/DMSC/05 - Auto Táxis Paulicema, Ltd.^a - Licença n.º 1979.

No *Boletim Municipal* n.º 598, datado de 2005/08/04, foi revogado o despacho de Deferido para *Arquivado*, nos termos da Informação n.º 2122/DMMT/DGMT/16.

11 288/DMSC/05 - Dinatáxi - Sociedade de Táxis, Ltd.^a - Licença n.º 2874.

No *Boletim Municipal* n.º 633, datado de 2006/04/06, foi revogado o despacho de Deferido para *Arquivado*, nos termos da Informação n.º 2094/DMMT/DGMT/16.

15 223/DMSC/06 - Táxis Sardenha, Ltd.^a - Licença n.º 1182.

No *Boletim Municipal* n.º 654, datado de 2006/08/31, foi revogado o despacho de Deferido para *Arquivado*, nos termos da Informação n.º 2100/DMMT/DGMT/16.

3481/DMSC/07 - Joaquim Conceição Rodrigues, Unipessoal, Ltd.^a - Licença n.º 2110.

No *Boletim Municipal* n.º 686, datado de 2007/04/12, foi revogado o despacho de Deferido para *Arquivado*, nos termos da Informação n.º 2119/DMMT/DGMT/16.

25 745/CML/08 - Táxis Morgil, Ltd.^a - Licença n.º 1472.

No *Boletim Municipal* n.º 765, datado de 2008/10/16, foi revogado o despacho de Deferido para *Arquivado*, nos termos da Informação n.º 2118/DMMT/DGMT/16.

18 378/CML/09 - Auto Táxis Ramoa & Ramos, Unipessoal, Ltd.^a - Licença n.º 1491.

No *Boletim Municipal* n.º 809, datado de 2009/08/20, foi revogado o despacho de Deferido para *Arquivado*, nos termos da Informação n.º 2099/DMMT/DGMT/16.

14 651/CML/11 - Táxi Cerradinho, Ltd.^a - Licença n.º 1046.

No *Boletim Municipal* n.º 918, datado de 2011/09/22, foi revogado o despacho de Deferido para *Arquivado*, nos termos da Informação n.º 2117/DMMT/DGMT/16.

236/CML/14 - Táxis Sardenha, Ltd.^a - Licença n.º 3305.

No *Boletim Municipal* n.º 1043, datado de 2014/02/13, foi revogado o despacho de Deferido para *Arquivado*, nos termos da Informação n.º 2093/DMMT/DGMT/16.

7863/CML/14 - Autocoope - Cooperativa de Táxis de Lisboa, CRL - Licença n.º 2520.

No *Boletim Municipal* n.º 1061, datado de 2014/06/19, foi revogado o despacho de Deferido para *Arquivado*, nos termos da Informação n.º 2098/DMMT/DGMT/16.

19 919/CML/14 - Aventuratrans, Ltd.^a - Licença n.º 2292.

No *Boletim Municipal* n.º 1081, datado de 2014/11/06, foi revogado o despacho de Deferido para *Arquivado*, nos termos da Informação n.º 2121/DMMT/DGMT/16.

20 286/CML/14 - Ricandré Táxis, Ltd.^a - Licença n.º 573.

No *Boletim Municipal* n.º 1091, datado de 2015/01/15, foi revogado o despacho de Deferido para *Arquivado*, nos termos da Informação n.º 2123/DMMT/DGMT/16.

14 552/CML/15 - Autocoope - Cooperativa de Táxis de Lisboa, CRL - Licença n.º 2405.

No *Boletim Municipal* n.º 1120, datado de 2015/08/06, foi revogado o despacho de Deferido para *Arquivado*, nos termos da Informação n.º 2096/DMMT/DGMT/16.

UNIDADE DE COORDENAÇÃO TERRITORIAL

DEPARTAMENTO DE ESTRUTURAS DE PROXIMIDADE E ESPAÇO PÚBLICO DIVISÃO DE PROMOÇÃO E DINAMIZAÇÃO LOCAL

CONCURSO PÚBLICO N.º 1/UCT/DEPEP/DPDL/2016 - LUGARES A CONCURSO NO
PERÍODO DE 03 A 31 DE OUTUBRO DE 2016 - Mercado da Ribeira | Sábados da Ribeira
– Mercado de Artesanato, Artes Visuais e Antiguidades/Velharias

ATA n.º 3

Nos dias 11 e 16 de novembro, das 10h00 às 16h00, e nos dias 17 de novembro e 13 e 14 de dezembro, das 14h00 às 16h00, nas instalações da DPDL no Edifício Central da CM Lisboa – Campo Grande, reuniu o Júri do Concurso para, de acordo com o disposto no ponto 12 do Aviso do Concurso, proceder à apreciação das trinta e três candidaturas admitidas.

As candidaturas foram analisadas e avaliadas de acordo com os critérios e ponderações referidos nos pontos 12.1.1 e 12.1.2 do mesmo Aviso, tendo por principal objeto os requisitos referidos nos pontos 7.2.4 e 7.2.5, tendo desta avaliação resultado os quadros que constituem o anexo 1.

Avaliadas as candidaturas, constatou-se que existiam várias para o mesmo lugar, enquanto que para outros não existia nenhuma, pelo que o júri deliberou aplicar o disposto no ponto 13.5 do Aviso do Concurso e atribuir, por ordem das suas classificações, um desses lugares vagos, sempre que possível no mesmo sábado que o concorrente tenha indicado.

Desta apreciação resultaram a Lista de Classificação Provisória para Audiência Prévia (anexo 2), que, nos termos do disposto no ponto 13.1 do Aviso do Concurso, será divulgada no dia 19 de dezembro no website da CML: www.cm-lisboa.pt; na Loja Lisboa | Entrecampos e no Mercado da Ribeira.

Nos dias 24 e 25 de novembro, das 14h00 às 16h00, o Júri procedeu, ainda, à análise das reclamações relativas à Lista dos Concorrentes Admitidos e Excluídos publicada no dia 8 de novembro, chegando às seguintes deliberações:

- Reclamação apresentada pela concorrente n.º 20, **Carla Sofia Correia Marques** – como a própria refere, não indicou, como era pedido no Formulário de Candidatura, o lugar pretendido não cumprindo um dos requisitos da candidatura e incorrendo, por isso, numa das condições de exclusão do Concurso, conforme o disposto nos pontos 7.2.1 e 7.3.1 do Aviso do Concurso, pelo que a sua reclamação não tem provimento;
- Reclamação apresentada pela concorrente n.º 21, **António Alberto Lopes Soares Marques Pinto** – como o próprio admite, não fez entrega de cópia do seu Cartão de Cidadão, conforme exigido no ponto 7.2.2 do Aviso do Concurso, incorrendo, assim, numa das causas de exclusão, conforme referido no ponto 7.3.1, pelo que a sua reclamação não tem provimento;
- Reclamação apresentada pela concorrente n.º 35, **Ana Filipa Madaleno Loureiro de Figueiredo** – tem razão a concorrente ao referir que indicou claramente o sábado pretendido mas, subsiste uma das duas causas de exclusão apontadas pelo Júri: ainda que em alternativa, a concorrente indicou dois lugares em vez de um, como era pedido, pelo que, em conformidade com o ponto 7.3.1 do Aviso do Concurso, a sua reclamação não tem provimento;
- Reclamação apresentada pela concorrente n.º 36, **António Alexandre Sargento Gaudêncio** – o comprovativo da mera comunicação prévia entregue com a candidatura não substitui a cópia do documento comprovativo de que está devidamente coletado nas Finanças para o exercício da atividade a que concorre, pedido no ponto 7.2.3 do Aviso do Concurso. Por outro lado, o concorrente indicou dois sábados e 3 lugares em vez do que lhe era pedido no Formulário de Candidatura (1 sábado e 1 lugar) pelo que, de acordo com o disposto nos pontos 7.2.3 e 7.3.1 do Aviso do Concurso, a sua reclamação não tem provimento;

- Reclamação apresentada pela concorrente n.º 49, **Margarida Jorge Lino Coelho** – Apesar de a concorrente ter entregue a sua candidatura nos CTT no dia 28 de outubro e de lhe ter sido assegurado por estes, que a mesma seria entregue no Edifício Central do Município, Campo Grande, 25, antes das 10h00 do dia 31 de outubro, aquele serviço apenas foi consumado no dia 3 de novembro, ou seja, dois dias úteis após a conclusão do prazo para a receção das candidaturas. De acordo com a justificação fornecida pelos CTTEpresso à concorrente, o seu distribuidor terá tentado fazer a entrega no dia 31, um pouco antes da hora prevista, mas, tendo sido obrigado a tirar uma senha para atendimento, ao fim de 15 minutos de espera ter-se-á ido embora, voltando apenas 3 dias depois. Ora, ainda que o Júri seja sensível aos argumentos da concorrente, considera que o dano que lhe foi causado é da inteira responsabilidade do serviço CTTEpresso que apenas se deparou com o procedimento habitual nestes casos e que era inteiramente do seu conhecimento o que, portanto, não explica que o seu distribuidor tenha voltado para trás e, menos ainda, que só tenha feito a entrega 3 dias depois. Assim e, também, porque o 2.º parágrafo do ponto 9.1 do Aviso do Concurso é muito claro relativamente a este tipo de situações, não é dado provimento à reclamação.

Decididas as reclamações e elaborada a Lista de Classificação Provisória, o Júri deu por encerrados estes trabalhos, às 16 horas, tendo-se elaborado a presente Ata que vai ser assinada por todos os elementos do Júri.

O Júri

Leopoldina Duarte

Leopoldina Duarte

Ascensão Molêiro

Ascensão Molêiro

Ana Wever

Ana Wever



Câmara Municipal de Lisboa
Unidade de Coordenação Territorial
Departamento de Estruturas de Proximidade e Espaço Público

CONCURSO PÚBLICO N.º 1/UCT/DEPEP/DPDL/2016 – SÁBADOS DA RIBEIRA - LUGARES A CONCURSO
PARA ARTESANATO E ARTES VISUAIS

LISTA DE CLASSIFICAÇÃO PROVISÓRIA (PARA AUDIÊNCIA PRÉVIA)

CANDIDATO		CLASSIFICAÇÃO	SÁBADO E LUGAR PRETENDIDOS	PROPOSTA DE ATRIBUIÇÃO
N.º	NOME			
ARTESANATO				
1	Paula Isabela Silva Pereira Sousa Veloso	5	1.º Sáb., lug. 11	1.º Sáb., lug. 11
32	Ricardo Jerónimo da Rocha Rodrigues	5	3.º Sáb., lug. 17	3.º Sáb., lug. 17
19	Patrícia Teixeira Lambelho	4,8	1.º sáb., lug. 11	1.º sáb., lug. 14

CANDIDATO		CLASSIFICAÇÃO	SÁBADO E LUGAR PRETENDIDOS	PROPOSTA DE ATRIBUIÇÃO
N.º	NOME			
ARTESANATO				
3	M.ª Madalena T. Azevedo Bensusan	4	1.º sáb., lug. 11	1.º sáb., lug. 18
38	Carla Susana da Luz Barata	3,9	4.º sáb., lug. 3	4.º sáb., lug. 3
14	Ivanka Koleva Naneva	3,7	1.º sáb., lug. 15	1.º sáb., lug. 15
43	Maria Zélia Santos Teixeira	3,7	3.º sáb., lug. 14	3.º sáb., lug. 14
9	Halyna Chervinska	3,5	1.º sáb., lug. 12	1.º sáb., lug. 12
13	Tito Quitério	3,4	3.º sáb., lug.14	3.º sáb., lug. 19
29	Olívia Calvo	3,1	1.º sáb., lug.12	1.º sáb., lug. 19
6	António João Lobo Dordio Soares	3	1.º sáb., lug. 11	4.º sáb., lug. 14
5	M.ª Fátima Neves Granadeiro da Silva	3	4.º sáb., lug. 3	4.º sáb., lug. 2
17	José Francisco Coelho Cabanita	3	1.º sáb., lug. 12	4.º sáb., lug.19
16	Isabel Domingos Alberto Antunes	2,9	3.º sáb., lug.17	Fica em fila de espera
47	Joana Bartolomeu	2,8	3.º sáb., lug.17	Fica em fila de espera
24	Sandra Correia Domingues Figueiredo	2,7	1.º sáb., lug. 11	Fica em fila de espera
30	Josefa Carrillo Alfonso	2,7	1.º sáb., lug. 11	Fica em fila de espera
45	Vânia Filipe	2,7	1.º sáb., lug. 12	Fica em fila de espera
28	Eduardo Jaime Vitorino de Jesus	2,6	1.º sáb., lug. 11	Fica em fila de espera
31	Maria Justina da Piedade Arcanjo	2,5	3.º sáb., lug.14	Fica em fila de espera
45	Sónia Maria Martins Sequeira	2,5	4.º sáb., lug. 13	4.º sáb., lug. 13
11	Ana Cristina Teixeira Lopes Cadete	2,4	1.º sáb., lug. 11	Classific. insuficiente
44	Paulo Alexandre de Jesus Gonçalves	2,4	4.º sáb., lug. 13	Classific. insuficiente
10	Anabela dos Santos Martins Alves	2,3	4.º sáb., lug. 13	Classific. insuficiente
39	Catarina Sofia Simões Venâncio	2,2	1.º sáb., lug. 14	Classific. insuficiente
2	José Antunes Ramos	2,2	1.º sáb., lug. 15	Classific. insuficiente
8	Elisabete Maria de Lima Mália	2,1	4.º sáb., lug. 13	Classific. insuficiente
40	Paula Carvalho	2	1.º sáb., lug. 15	Classific. insuficiente
27	Maria Elvira Martinez A. Marques	2	4.º sáb., lug. 3	Classific. insuficiente
34	Maria de Lurdes Gaspar Simões Venâncio	1,9	1.º sáb., lug. 11	Classific. insuficiente
ARTES VISUAIS				
12	Maria Nunes Mateus	4,25	3.º sáb., lug. 15	3.º sáb., lug. 15
15	Paulo Nogueira	4,2	2.º sáb., lug. 19	2.º sáb., lug. 19
37	Patrícia Alexandre de Almeida Azevedo	3,45	2.º sáb., lug. 19	1.º sáb., lug. 16



Câmara Municipal de Lisboa
Unidade de Coordenação Territorial
Departamento de Estruturas de Proximidade e Espaço Público
Divisão de Promoção e Dinamização Local

CONCURSO PÚBLICO N.º 1/UCT/DEPEP/DPDL/2016 – SÁBADOS DA RIBEIRA - LUGARES A CONCURSO PARA ARTESANATO E ARTES VISUAIS

QUADROS DE AVALIAÇÃO - ARTESANATO

1.º SÁBADO - LUGAR N.º 11

CAND. N.º	NOME	CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO				CLASSIFICAÇÃO FINAL	ORDENAÇÃO SEGUNDO A CLASSIFICAÇÃO FINAL
		AUTORIA (30%)	INOVAÇÃO (30%)	QUALIDADE DA EXECUÇÃO (20%)	CONTRIBUIÇÃO P/ A DIVERSIDADE DA OFERTA (20%)		
		(A)	(B)	(C)	(D)		
1	Paula Isabela Silva Pereira Sousa Veloso	5	5	5	5	5	1º
19	Patrícia Teixeira Lambelho	5	5	4	5	4,8	2º (b)
3	M.ª Madalena Teixeira d Azevedo Bensusan	4	4	4	4	4	3º (c)
6	António João Lobo Dordio Soares	3	3	3	3	3	4º (d)
24	Sandra Correia Domingues Figueiredo	3	2	4	2	2,7	5º
30	Josefa Carrillo Alfonso	3	2	4	2	2,7	6º
28	Eduardo Jaime Vitorino de Jesus	3	3	3	1	2,6	7º
11	Ana Cristina Teixeira Lopes Cadete	2	2	4	2	2,4	(a)
34	Maria de Lurdes Gaspar Simões Venâncio	2	1	4	1	1,9	(a)
9	Halyna Chervinska	4	3	5	2	3,5	1º
29	Olívia Calvo	3	2	4	4	3,1	2º (e)
17	José Francisco Coelho Cabanita	3	3	4	2	3	3º (h)
45	Vânia Filipe	3	2	4	2	2,7	4º

1.º SÁBADO - LUGAR N.º 14

CAND. N.º	NOME	CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO				CLASSIFICAÇÃO FINAL	ORDENAÇÃO SEGUNDO A CLASSIFICAÇÃO FINAL
		AUTORIA (30%)	INOVAÇÃO (30%)	QUALIDADE DA EXECUÇÃO (20%)	CONTRIBUIÇÃO P/ A DIVERSIDADE DA OFERTA (20%)		
		(A)	(B)	(C)	(D)		
39	Catarina Sofia Simões Venâncio	3	1	3	2	2,2	(a)

1.º SÁBADO - LUGAR N.º 15

CAND. N.º	NOME	CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO				CLASSIFICAÇÃO FINAL	ORDENAÇÃO SEGUNDO A CLASSIFICAÇÃO FINAL
		AUTORIA (30%)	INOVAÇÃO (30%)	QUALIDADE DA EXECUÇÃO (20%)	CONTRIBUIÇÃO P/ A DIVERSIDADE DA OFERTA (20%)		
		(A)	(B)	(C)	(D)		
14	Ivanka Koleva Naneva	4	3	4	4	3,7	1º
2	José Antunes Ramos	3	1	3	2	2,2	(a)
40	Paula Carvalho	3	1	3	1	2	(a)

1.º SÁBADO - LUGAR N.º 18

CAND. N.º	NOME	CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO				CLASSIFICAÇÃO FINAL	ORDENAÇÃO SEGUNDO A CLASSIFICAÇÃO FINAL
		AUTORIA (30%)	INOVAÇÃO (30%)	QUALIDADE DA EXECUÇÃO (20%)	CONTRIBUIÇÃO P/ A DIVERSIDADE DA OFERTA (20%)		
		(A)	(B)	(C)	(D)		
-	-	-	-	-	-	-	(j)

CONCURSO PÚBLICO N.º 1/UCT/DEPEP/DPDL/2016 – SÁBADOS DA RIBEIRA - LUGARES A CONCURSO PARA ARTESANATO E ARTES VISUAIS
LISTA DE CLASSIFICAÇÃO PARA AUDIÊNCIA PRÉVIA – ARTESANATO (Cont.)

1.º SÁBADO - LUGAR N.º 19

CAND. N.º	NOME	CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO				CLASSIFICAÇÃO FINAL	ORDENAÇÃO SEGUNDO A CLASSIFICAÇÃO FINAL
		AUTORIA	INOVAÇÃO	QUALIDADE DA EXECUÇÃO	CONTRIBUIÇÃO P/ A DIVERSIDADE DA OFERTA		
		(30%)	(30%)	(20%)	(20%)		
		(A)	(B)	(C)	(D)	0,3(A)+0,3(B)+0,2(C)+0,2(D)	
-	-	-	-	-	-	-	(j)

3.º SÁBADO - LUGAR N.º 14

CAND. N.º	NOME	CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO				CLASSIFICAÇÃO FINAL	ORDENAÇÃO SEGUNDO A CLASSIFICAÇÃO FINAL
		AUTORIA	INOVAÇÃO	QUALIDADE DA EXECUÇÃO	CONTRIBUIÇÃO P/ A DIVERSIDADE DA OFERTA		
		(30%)	(30%)	(20%)	(20%)		
		(A)	(B)	(C)	(D)	0,3(A)+0,3(B)+0,2(C)+0,2(D)	
43	Maria Zélia Santos Teixeira	4	3	4	4	3,7	1º
13	Tito Quitério	4	2	4	4	3,4	2º (f)
31	Maria Justina da Piedade Arcanjo	3	2	4	1	2,5	3º

3.º SÁBADO – LUGAR N.º 17

CAND. N.º	NOME	CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO				CLASSIFICAÇÃO FINAL	ORDENAÇÃO SEGUNDO A CLASSIFICAÇÃO FINAL
		AUTORIA	INOVAÇÃO	QUALIDADE DA EXECUÇÃO	CONTRIBUIÇÃO P/ A DIVERSIDADE DA OFERTA		
		(30%)	(30%)	(20%)	(20%)		
		(A)	(B)	(C)	(D)	0,3(A)+0,3(B)+0,2(C)+0,2(D)	
32	Ricardo Jerónimo da Rocha Rodrigues	5	5	5	5	5	1º
16	Isabel Domingos Alberto Antunes	3	2	4	3	2,9	2º
47	Joana Bartolomeu	3	3	3	2	2,8	3º

3.º SÁBADO – LUGAR N.º 19

CAND. N.º	NOME	CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO				CLASSIFICAÇÃO FINAL	ORDENAÇÃO SEGUNDO A CLASSIFICAÇÃO FINAL
		AUTORIA	INOVAÇÃO	QUALIDADE DA EXECUÇÃO	CONTRIBUIÇÃO P/ A DIVERSIDADE DA OFERTA		
		(30%)	(30%)	(20%)	(20%)		
		(A)	(B)	(C)	(D)	0,3(A)+0,3(B)+0,2(C)+0,2(D)	
-	-	-	-	-	-	-	(j)

4.º SÁBADO – LUGAR N.º 2

CAND. N.º	NOME	CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO				CLASSIFICAÇÃO FINAL	ORDENAÇÃO SEGUNDO A CLASSIFICAÇÃO FINAL
		AUTORIA	INOVAÇÃO	QUALIDADE DA EXECUÇÃO	CONTRIBUIÇÃO P/ A DIVERSIDADE DA OFERTA		
		(30%)	(30%)	(20%)	(20%)		
		(A)	(B)	(C)	(D)	0,3(A)+0,3(B)+0,2(C)+0,2(D)	
-	-	-	-	-	-	-	(j)

4.º SÁBADO – LUGAR N.º 3

CAND. N.º	NOME	CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO				CLASSIFICAÇÃO FINAL	ORDENAÇÃO SEGUNDO A CLASSIFICAÇÃO FINAL
		AUTORIA	INOVAÇÃO	QUALIDADE DA EXECUÇÃO	CONTRIBUIÇÃO P/ A DIVERSIDADE DA OFERTA		
		(30%)	(30%)	(20%)	(20%)		
		(A)	(B)	(C)	(D)	0,3(A)+0,3(B)+0,2(C)+0,2(D)	
38	Carla Susana da Luz Barata	4	3	4	5	3,9	1º
5	M.ª Fátima Neves Granadeiro da Silva	3	3	4	2	3	2º (g)
27	Maria Elvira Martinez A. Marques	3	1	2	2	2	(a)

CONCURSO PÚBLICO N.º 1/UCT/DEPEP/DPDL/2016 – SÁBADOS DA RIBEIRA - LUGARES A CONCURSO PARA ARTESANATO E ARTES VISUAIS
LISTA DE CLASSIFICAÇÃO PARA AUDIÊNCIA PRÉVIA – ARTESANATO (Cont.)

4.º SÁBADO – Lugar N.º 13

CAND. N.º	NOME	CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO				CLASSIFICAÇÃO FINAL	ORDENAÇÃO SEGUNDO A CLASSIFICAÇÃO FINAL
		AUTORIA (30%)	INOVAÇÃO (30%)	QUALIDADE DA EXECUÇÃO (20%)	CONTRIBUIÇÃO P/ A DIVERSIDADE DA OFERTA (20%)		
		(A)	(B)	(C)	(D)		
45	Sónia Maria Martins Sequeira	3	2	2	3	0,3(A)+0,3(B)+0,2(C)+0,2(D)	2,5
44	Paulo Alexandre de Jesus Gonçalves	3	1	4	2		2,4
10	Anabela dos Santos Martins Alves	3	2	3	1		2,3
8	Elisabete Maria de Lima Mália	3	2	2	1		2,1

4.º SÁBADO – LUGAR N.º 14

CAND. N.º	NOME	CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO				CLASSIFICAÇÃO FINAL	ORDENAÇÃO SEGUNDO A CLASSIFICAÇÃO FINAL
		AUTORIA (30%)	INOVAÇÃO (30%)	QUALIDADE DA EXECUÇÃO (20%)	CONTRIBUIÇÃO P/ A DIVERSIDADE DA OFERTA (20%)		
		(A)	(B)	(C)	(D)		
-	-	-	-	-	-	0,3(A)+0,3(B)+0,2(C)+0,2(D)	(j)

4.º SÁBADO – LUGAR N.º 19

CAND. N.º	NOME	CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO				CLASSIFICAÇÃO FINAL	ORDENAÇÃO SEGUNDO A CLASSIFICAÇÃO FINAL
		AUTORIA (30%)	INOVAÇÃO (30%)	QUALIDADE DA EXECUÇÃO (20%)	CONTRIBUIÇÃO P/ A DIVERSIDADE DA OFERTA (20%)		
		(A)	(B)	(C)	(D)		
-	-	-	-	-	-	0,3(A)+0,3(B)+0,2(C)+0,2(D)	(j)

CONCURSO PÚBLICO N.º 1/UCT/DEPEP/DPDL/2016 – SÁBADOS DA RIBEIRA - LUGARES A CONCURSO PARA ARTESANATO E ARTES VISUAIS
LISTA DE CLASSIFICAÇÃO PARA AUDIÊNCIA PRÉVIA – ARTES VISUAIS

1.º SÁBADO – LUGAR N.º 16

CAND. N.º	NOME	CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO				CLASSIFICAÇÃO FINAL	ORDENAÇÃO SEGUNDO A CLASSIFICAÇÃO FINAL
		CURRICULUM (20%)	ORIGINALIDADE E/INOVAÇÃO (35%)	QUALIDADE (25%)	CONTRIBUIÇÃO P/ A DIVERSIDADE DA OFERTA (20%)		
		(A)	(B)	(C)	(D)		
-	-	-	-	-	-	0,3(A)+0,3(B)+0,2(C)+0,2(D)	(j)

2.º SÁBADO – LUGAR N.º 19

CAND. N.º	NOME	CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO				CLASSIFICAÇÃO FINAL	ORDENAÇÃO SEGUNDO A CLASSIFICAÇÃO FINAL
		CURRICULUM (20%)	ORIGINALIDADE E/INOVAÇÃO (35%)	QUALIDADE (25%)	CONTRIBUIÇÃO P/ A DIVERSIDADE DA OFERTA (20%)		
		(A)	(B)	(C)	(D)		
15	Paulo Nogueira	4	4	4	5	4,2	1.º
37	Patrícia Alexandre de Almeida Azevedo	4	3	4	3	3,45	2.º (i)
12	Maria Nunes Mateus	4	4	5	4	4,25	1.º

(a) – Classificação inferior a 2,5 (conforme o disposto em 12.2. do Aviso do Concurso)

(b) – Atribuído o lugar n.º 14, 1.º sábado

(c) – Atribuído o lugar n.º 18, 1.º sábado

(d) – Atribuído o lugar n.º 14, 4.º sábado

(e) – Atribuído o lugar n.º 19, 1.º sábado

(f) – Atribuído o lugar n.º 19, 3.º sábado

(g) – Atribuído o lugar n.º 2, 4.º sábado

(h) – Atribuído o lugar n.º 19, 4.º sábado

(i) – Atribuído o lugar n.º 16, 1.º sábado

(j) – Não foram rececionadas candidaturas para o sábado e lugar em questão

UNIDADE DE INTERVENÇÃO TERRITORIAL NORTE

Despacho n.º 3/UCT/UITN/BLXN/2016

Considerando a necessidade de assegurar a regularidade das funções e competências que me foram atribuídas, nomeadamente:

Competências inerentes à minha função de chefe de divisão da Brigada LX Norte, da Unidade de Intervenção Territorial Norte, nos termos do Despacho n.º 43/P/2015, publicado no *Boletim Municipal* n.º 1111, de 04/06;

De acordo com as atribuições da Unidade Orgânica Flexível Brigada LX Norte (Divisão) publicadas no artigo 4.º - Aviso n.º 5552/2015, publicado no «Diário da República», 2.ª série, n.º 98, de 21 de maio.

Subdelego, nos termos dos artigos 44.º e seguintes do CPA, as minhas competências no seguinte técnico superior:

- Eng.º Fernando Joaquim Rodrigues Dias.

As referidas competências ficam subdelegadas durante o período de gozo de férias, compreendido entre os dias 27 a 30 do mês dezembro de 2016.

Lisboa, em 2016/12/20.

A chefe de divisão,
(a) *Sandra Somsen*

UNIDADE DE INTERVENÇÃO TERRITORIAL ORIENTAL

Despacho n.º 6/UITOR/2016

Substituição

Considerando a necessidade de assegurar a regularidade do exercício de funções e as competências que me foram conferidas pela diretora municipal da UCT, através do Despacho n.º 8/UCT/2015, publicado no *Boletim Municipal* n.º 1136, de 26 de novembro;

Considerando que o período previsível de ausência (motivado pelo gozo de férias) é inferior a 60 dias, não se verificando, por isso, os requisitos do regime de substituição previsto no Estatuto do Pessoal Dirigente dos Serviços e Organismos da Administração Central, Regional e Local do Estado;

Designo, ao abrigo do disposto no artigo 42.º do Código do Procedimento Administrativo, aprovado em anexo ao Decreto-Lei n.º 4/2015, de 7 de janeiro, para me substituir durante o meu período de férias, de 27 a 30 de dezembro, inclusive, a Eng.ª Carla Cristina dos Santos Reis Mesquita, chefe de divisão da Brigada LX Oriental.

Lisboa, em 2016/12/23.

O diretor de departamento,
(a) *Pedro Milharadas*

UNIDADE DE INTERVENÇÃO TERRITORIAL - CENTRO HISTÓRICO

Despacho n.º 6/UITCH/2016

Por forma a assegurar o normal exercício das minhas funções e competências, delegadas pela subdelegação de competências - Despacho n.º 8/UCT/2015, de 13 de novembro, publicado no *Boletim Municipal* n.º 1136, de 26 de novembro de 2015, nomeio para me substituir durante a minha ausência, por motivo de férias, nos dias 22, 27, 28 e 29 de dezembro, a Arq.ª Zulmira de Sousa Dias Cortez dos Santos, chefe de divisão da Brigada LX Centro Histórico.

Lisboa, em 2016/12/13.

A diretora de departamento,
(a) *Isabel Maciel*

DIVISÃO BRIGADA LX - CENTRO HISTÓRICO

Despacho n.º 4/BLXCH/2016

Por forma a assegurar o normal exercício das funções e competências na Divisão da Brigada LX - Centro Histórico, nomeio para me substituir durante a minha ausência por motivo de férias, nos dias 23 e 30 de dezembro e 3 a 6 de janeiro, o técnico superior, Arq.º José Eduardo Luiz.

Lisboa, em 2016/12/22.

A chefe de divisão da Brigada LX - Centro Histórico,
(a) *Zulmira Cortez dos Santos*

OS INTERESSADOS
PODERÃO CONSULTAR
OS RESPECTIVOS
PROCESSOS

ANÚNCIOS, AVISOS, EDITAIS E NOTICIÁRIO

ANÚNCIOS

MUNICÍPIO DE LISBOA

Modelo de Anúncio do Concurso Público

1 - IDENTIFICAÇÃO E CONTACTOS DA ENTIDADE ADJUDICANTE:

NIF e designação da entidade adjudicante:
500051070 - Município de Lisboa.
Serviço/Órgão/Pessoa de contacto: Direção Municipal de Higiene Urbana - Departamento de Reparação e Manutenção Mecânica.
Endereço: Avenida Infante D. Henrique, lote 1.
Código postal: 1800-220.
Localidade: Lisboa.
Endereço eletrónico: dmf.da.ccm@cm-lisboa.pt.

2 - OBJETO DO CONTRATO:

Designação do contrato: Aquisição de sete viaturas de recolha de resíduos com capacidade de 8m³ - Processo n.º 63/CPI/DA/CCM/2016.
Tipo de Contrato: Aquisição de bens móveis.
Valor do preço base do procedimento: 940 000 euros.
Classificação CPV (Vocabulário Comum para os Contratos Públicos).
Objeto principal.
Vocabulário principal: 34144511.

3 - INDICAÇÕES ADICIONAIS:

O concurso destina-se à celebração de um acordo quadro: Não.
O concurso destina-se à instituição de um sistema de aquisição dinâmico: Não.
É utilizado um leilão eletrónico: Não.
É adotada uma fase de negociação: Não.

4 - ADMISSIBILIDADE DA APRESENTAÇÃO DE PROPOSTAS VARIANTES:

Não.

6 - LOCAL DA EXECUÇÃO DO CONTRATO:

Município de Lisboa.
País: Portugal.
Distrito: Lisboa.
Concelho: Lisboa.
Código NUTS: PT171.

7 - PRAZO DE EXECUÇÃO DO CONTRATO:

Restantes contratos.
Prazo contratual de 100 dias a contar da celebração do contrato.

9 - ACESSO ÀS PEÇAS DO CONCURSO E APRESENTAÇÃO DAS PROPOSTAS:

9.1 - Consulta das peças do concurso:

Designação do serviço da entidade adjudicante onde se encontram disponíveis as peças do concurso para consulta dos interessados: Central de Compras Municipal.
Endereço desse serviço: Campo Grande, 25, 9.º piso, bloco A.
Código postal: 1749-099.
Localidade: Lisboa.
Endereço eletrónico: dmf.da.ccm@cm-lisboa.pt.

9.2 - Meio eletrónico de fornecimento das peças do concurso e de apresentação das propostas:

Plataforma eletrónica utilizada pela entidade adjudicante: Academia de Informática (<http://www.acingov.pt/acingov/>).
Link de contexto: <http://www.acingov.pt>.
Preço a pagar pelo fornecimento das peças do concurso: Gratuito.

10 - PRAZO PARA APRESENTAÇÃO DAS PROPOSTAS OU DAS VERSÕES INICIAIS DAS PROPOSTAS SEMPRE QUE SE TRATE DE UM SISTEMA DE AQUISIÇÃO DINÂMICO:

Até às 19 horas do 40.º dia a contar da data de envio do presente Anúncio.

11 - PRAZO DURANTE O QUAL OS CONCORRENTES SÃO OBRIGADOS A MANTER AS RESPECTIVAS PROPOSTAS:

120 dias a contar do termo do prazo para a apresentação das propostas.

12 - CRITÉRIO DE ADJUDICAÇÃO:

Proposta economicamente mais vantajosa.
Fatores e eventuais subfatores acompanhados dos respetivos coeficientes de ponderação:

- Preço global do fornecimento - 55 %;
- Qualidade de conceção - 30 %;
- Prazo de garantia - 10 %;
- Prazo de entrega do fornecimento - 5 %.

14 - IDENTIFICAÇÃO E CONTACTOS DO ÓRGÃO DE RECURSO ADMINISTRATIVO:

Designação: Câmara Municipal de Lisboa.
Endereço: Campo Grande, 25, piso 9.º, bloco A.
Código postal: 1749-099.
Localidade: Lisboa.
Endereço eletrónico: dmf.da.ccm@cm-lisboa.pt.
Prazo de interposição do recurso: 5 dias.

15 - DATA DE ENVIO DO ANÚNCIO PARA PUBLICAÇÃO NO «DIÁRIO DA REPÚBLICA»:

Preenchimento automático pela INCM aquando do pagamento.

16 - O PROCEDIMENTO A QUE ESTE ANÚNCIO DIZ RESPEITO TAMBÉM É PUBLICITADO NO JORNAL OFICIAL DA UNIÃO EUROPEIA:

Sim.

17 - OUTRAS INFORMAÇÕES:

Ponto 7 - O prazo de execução do contrato é de acordo com a Cláusula 3.^a do Caderno de Encargos
Regime de contratação: Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29/01.

18 - IDENTIFICAÇÃO DO AUTOR DO ANÚNCIO:

Nome: *Maria do Céu Ribeiro Monteiro.*

Cargo: Diretora do Departamento de Aprovisionamentos.

MUNICÍPIO DE LISBOA

Anúncio n.º 1696/UCT/DGEP/2016

Intimação para obras de conservação/reabilitação - Atribuição do nível de conservação

1 - Por despacho da diretora da Unidade de Intervenção Territorial Oriental, Arq.^a Isabel Teles, datado de 2014/02/20, foi realizada, em 2014/04/08, uma vistoria ao edifício sito na Rua de Cima de Chelas, 41/45, tendo-se, de acordo com o Auto de vistoria n.º 768/AUT/UITOR/GESTURBE/2015 e respetivas fichas de avaliação:

I - Apurado o nível de conservação do imóvel e frações a que foi possível aceder;

II - Constatado a necessidade de executar obras de conservação e reabilitação para correção das deficiências descritas.

2 - Na sequência da referida vistoria foi determinado intimar o proprietário do imóvel:

- a) Da atribuição ao imóvel e aos fogos que foi possível vistoriar os níveis de conservação indicados no Auto de vistoria;
- b) Para executar as obras necessárias à correção das deficiências descritas no Auto de vistoria, com o prazo de 45 dias úteis para o seu início e com o prazo de 120 dias úteis para a sua conclusão.

3 - A decisão constante do presente Anúncio foi proferida por despacho do Senhor Vereador Manuel Salgado, de 2016/12/12, exarado na Informação n.º 55263/INF/DGEP/GESTURBE/2016, com base nos seguintes fundamentos:

- No artigo 90.º, n.º 5 do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12, na sua redação atual, que determina que, nos autos elaborados na sequência de vistoria realizada se proceda

à identificação do estado de conservação do imóvel de acordo com o disposto no artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 266-B/2012, de 31 de dezembro, e respetiva regulamentação;

- No artigo 33.º, n.º 1, alínea w) da Lei n.º 75/2013, de 12/09, que comete à Câmara competência para ordenar, prece-dendo vistoria, a demolição total ou parcial ou a beneficiação de construções que ameacem ruína ou constituam perigo para a segurança das pessoas;

- No artigo 89.º, n.º 2 do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12, que comete à Câmara competência para determinar a execução de obras de conservação, necessárias à correção de más condições de segurança ou salubridade;

- No artigo 55.º do Regime Jurídico da Reabilitação Urbana (Decreto-Lei n.º 307/2009, de 23 de outubro, alterado pela Lei n.º 32/2012, de 14 de agosto), que comete à Câmara competência para, caso seja atribuído a um edifício ou fração um nível de conservação 1 ou 2, impor ao respetivo proprietário a obrigação de reabilitar, determinando a realização e o prazo para a conclusão das obras ou trabalhos necessários à restituição das características de desempenho e segurança funcional, estrutural e construtiva, de acordo com critérios de necessidade, adequação e proporcionalidade;

- Na delegação e subdelegação de competências efetuadas por Sua Ex.^a o Presidente da Câmara Municipal de Lisboa, concretizadas pelo Despacho n.º 142/P/2015, de 17 de dezembro de 2015, publicado no 2.º Suplemento ao *Boletim Municipal* n.º 1139, de 17 de dezembro de 2015;

- Na audiência prévia efetuada nos termos dos artigos 100.º e 101.º do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 442/91, de 15/11.

4 - Deverá, ainda, executar as restantes obras necessárias para manter o edifício em bom estado de conservação, de modo a dar cumprimento ao dever estatuído no n.º 1 do artigo 89.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12, na sua redação atual. Em conformidade com o disposto neste artigo, a edificação atrás identificada deveria ter sido objeto de obras de conservação pelo menos em cada período de oito anos, resultando o seu incumprimento diretamente da lei (salienta-se que o diploma anteriormente em vigor - Regulamento Geral das Edificações Urbanas - Decreto-Lei n.º 38382, de 1951/08/07, já estabelecia no seu artigo 9.º a mesma obrigatoriedade).

5 - Para a execução das obras terá de:

- Apresentar termo de responsabilidade do técnico responsável pelas obras;
- Apresentar declaração da empresa que executará as obras, anexando fotocópia do certificado de classificação ou do título do registo emitido pelo InCI (Instituto da Construção e do Imobiliário), I.P.;
- Comunicar a esta Divisão, até 5 dias antes, o início das obras;
- Executar as obras sem alterar o projeto aprovado;
- Proceder à remoção e transporte a vazadouro de todo o entulho, de modo a deixar o local limpo;
- No caso de ser necessário ocupar a via pública, levantar a respetiva licença nos Serviços de Atendimento;
- Manter no local da obra o livro de obra e o plano de segurança e saúde.

6 - Caso não seja cumprido, no prazo estabelecido, o determinado no presente Anúncio, será instaurado processo de contra-ordenação nos termos da alínea s) do n.º 1 do artigo 98.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12.

7 - Caso não seja dada execução, no prazo estipulado, às necessárias obras, a Câmara Municipal poderá tomar posse administrativa do imóvel para executar as obras coercivamente.

Lisboa, em 2016/12/20.

O chefe de divisão,

(a) *Rui Martins*

MUNICÍPIO DE LISBOA

Anúncio n.º 1676/UCT/UITC/2016

Intimação para obras de conservação

Nos termos do artigo 56.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, torna-se público que:

1 - Por meu despacho datado de 2016/06/02, foi realizada, em 2016/06/30, uma vistoria ao edifício sito na Rua Rodrigues Sampaio, no âmbito do processo n.º 712/RLU/2016, tendo-se, de acordo com o Auto de vistoria n.º 706/AUT/UITC/GESTURBE/2016 constatado:

- a) A necessidade de executar obras de conservação para correção das deficiências descritas;
- b) A necessidade de colocação de uma pala de proteção na fachada principal do edifício, de modo a evitar a queda de materiais da mesma para a via pública, enquanto não forem executados os trabalhos de conservação e consolidação da mesma.

2 - Na sequência da referida vistoria, bem como, da audiência prévia, efetuada nos termos dos artigos 121.º e 122.º do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 4/2015, de 07/01, foi determinado pelo Senhor Vereador Manuel Salgado, através do despacho datado de 2016/10/19, exarado na Informação n.º 45 528/INF/UITC/GESTURBE/2016:

- a) A execução das obras necessárias à correção das deficiências descritas no Auto de vistoria, com o prazo de 60 dias úteis para o seu início e com o prazo de 120 dias úteis para a sua conclusão;
- b) A colocação de uma pala de proteção na fachada principal do edifício, com o prazo de 10 dias úteis para o seu início e com o prazo de 3 dias úteis para a sua conclusão.

3 - A decisão constante no presente Anúncio teve por base os seguintes fundamentos:

- Na alínea w) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12/09, que comete às Câmaras competência para ordenar, precedendo vistoria, a demolição total ou parcial ou a beneficiação de construções que ameacem ruína ou constituam perigo para a segurança das pessoas;

- No n.º 2 do artigo 89.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12, que comete à Câmara competência para, precedendo de vistoria, determinar a execução de obras de conservação necessárias à correção de más condições de segurança ou de salubridade;

- Na delegação e subdelegação de competências efetuadas por Sua Ex.ª o Presidente da Câmara Municipal de Lisboa, concretizadas pelo Despacho n.º 142/P/2015, de 17 de dezembro de 2015, publicado no 2.º Suplemento ao *Boletim Municipal* n.º 1139, de 17 de dezembro de 2015.

4 - Foi notificado(a), o(a) proprietário(a) para a execução das obras necessárias à correção das deficiências descritas no Auto de vistoria, com os prazos descritos no ponto 2.

5 - Deverá, ainda, executar as restantes obras necessárias para manter o edifício em bom estado de conservação, de modo a dar cumprimento ao dever estatuído no n.º 1 do artigo 89.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12, na sua redação atual. Em conformidade com o disposto neste artigo, a edificação atrás identificada deveria ter sido objeto de obras de conservação pelo menos em cada período de oito anos, resultando o seu incumprimento diretamente da lei (salienta-se que o diploma anteriormente em vigor - Regulamento Geral das Edificações Urbanas - Decreto-Lei n.º 38 382, de 1951/08/07, já estabelecia no seu artigo 9.º a mesma obrigatoriedade).

6 - Para a execução das obras terá de:

- Apresentar termo de responsabilidade do técnico responsável pelas obras;
- Apresentar declaração da empresa que executará as obras, anexando fotocópia do certificado de classificação ou do título do registo emitido pelo InCI (Instituto da Construção e do Imobiliário), I.P.;
- Comunicar a este Departamento, até 5 dias antes, o início das obras;
- Executar as obras sem alterar o projeto aprovado;
- Proceder à remoção e transporte a vazadouro de todo o entulho, de modo a deixar o local limpo;
- No caso de ser necessário ocupar a via pública, levantar a respetiva licença nos Serviços de Atendimento;
- Manter no local da obra o livro de obra e o plano de segurança e saúde.

7 - Mais se informa de que:

- Caso não cumpra, no prazo estabelecido, o determinado do presente Anúncio, será instaurado processo de contra-ordenação, nos termos da alínea s) do n.º 1 do artigo 98.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12, na sua redação atual, cuja coima está graduada entre os 500 euros e o montante máximo de 100 000 euros, no caso de pessoa singular, e entre 1500 euros e o montante máximo de 250 000 euros, no caso de pessoa coletiva;
- Caso não dê execução, no prazo estipulado, às necessárias obras, a Câmara Municipal poderá tomar posse administrativa do imóvel para executar as obras coercivamente;

- Enquanto, por motivos alheios ao Município, não forem concluídas as obras de conservação que foram determinadas, a taxa de Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI) será majorada em 30% ao abrigo do disposto no n.º 8 do artigo 112.º do Código do Imposto Municipal sobre Imóveis e na Deliberação n.º 310/AML/2015, publicada no 3.º Suplemento ao *Boletim Municipal* n.º 1137, de 2015/12/03;
- Igualmente, enquanto não forem concluídas as referidas obras, o valor anual da Taxa Municipal de Proteção Civil é de 0.3 %, conforme previsto no n.º 2 do artigo 63.º do Regulamento Geral de Taxas, Preços e Outras Receitas do Município de Lisboa.

8 - Informa-se, ainda, que:

- Os prédios urbanos objeto de reabilitação urbana são passíveis de vir a usufruir de um conjunto de benefícios nos termos dos artigos 45.º e 71.º do Estatuto dos Benefícios Fiscais, nomeadamente a isenção do Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI) por 3 ou 5 anos, respetivamente;
- As empreitadas de reabilitação urbana, tal como definido em diploma específico, realizadas em imóveis localizados em Áreas de Reabilitação Urbana delimitadas nos termos legais, ficam sujeitas a taxa reduzida de IVA, nos termos do artigo 76.º da Lei n.º 64-A/2008, de 31/12, que aprovou o Orçamento de Estado para 2009 e procedeu à alteração à lista I anexa ao Código do IVA.

9 - Sem prejuízo do exposto, os proprietários devem continuar a zelar para garantir as condições mínimas de segurança, sendo responsáveis por qualquer ocorrência decorrente do mau estado de conservação do imóvel.

Lisboa, em 2016/12/14.

A diretora de departamento,
(a) *Margarida Castro Martins*

MUNICÍPIO DE LISBOA

Anúncio n.º 1703/UCT/UITCH/2016

Deferimento de prorrogação de prazo

Torna-se público de que:

Nos termos e para os efeitos do artigo 66.º do Código de Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 442/91, de 15 de novembro, foi notificada a Administração do Condomínio do imóvel sito na Rua Maria Pia, 38, de que o pedido de prorrogação de prazo até setembro de 2017 para conclusão das obras intimadas, constante do processo 1098/RLU/2013, foi Deferido.

A decisão constante do presente Anúncio foi proferida por despacho do Senhor Vereador Manuel Salgado de 2016/12/14, exarado na Informação n.º 47 160/INF/UITCH/GESTURBE/2016, ao abrigo da delegação e subdelegação de competências efetuadas por sua Ex.ª o Presidente da Câmara de Lisboa,

concretizadas pelo Despacho n.º 142/P/2015, de 17 de dezembro de 2015, publicado no 2.º Suplemento ao *Boletim Municipal* n.º 1139, de 17 de dezembro de 2015.

Lisboa, em 2016/12/21.

A diretora de departamento,
(a) *Isabel Maciel*

MUNICÍPIO DE LISBOA

Anúncio n.º 1708/UCT/UITCH/2016

Deferimento de suspensão do procedimento

Torna-se público de que:

Nos termos e para os efeitos do artigo 66.º do Código de Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 442/91, de 15 de novembro, foi notificado o representante legal da sociedade proprietária do imóvel sito na Rua da Esperança, 17/29, de que o pedido de suspensão por 6 meses, do processo 2007/RLU/2014, foi Deferido.

A decisão constante do presente Anúncio foi proferida por despacho do Senhor Vereador Manuel Salgado, de 2016/12/19, exarado na Informação n.º 55 391/INF/UITCH/GESTURBE/2016, ao abrigo da delegação e subdelegação de competências efetuadas por sua Ex.ª o Presidente da Câmara de Lisboa, concretizadas pelo Despacho n.º 142/P/2015, de 17 de dezembro de 2015, publicado no 2.º Suplemento ao *Boletim Municipal* n.º 1139, de 17 de dezembro de 2015.

Lisboa, em 2016/12/22.

A diretora de departamento,
(a) *Isabel Maciel*

AVISOS

MUNICÍPIO DE LISBOA

Aviso n.º 52/2016

Estratégia Municipal de Adaptação às Alterações Climáticas de Lisboa

Abertura do período de Consulta Pública

Torna-se público, nos termos do n.º 2 do artigo 56.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro (Regime Jurídico das Autarquias Locais), na redação atual dada pela Lei n.º 7-A/2016, de 30 de março, que a Câmara Municipal de Lisboa, em reunião pública de 30 de novembro de 2016, de acordo com a Deliberação n.º 673/CM/2016, deliberou aprovar

o projeto da Estratégia Municipal de Adaptação às Alterações Climáticas de Lisboa e determinar a abertura de um período de Consulta Pública.

A Estratégia Municipal de Adaptação às Alterações Climáticas para Lisboa identifica um conjunto aberto de opções e ações de adaptação que visam promover a minimização dos efeitos das alterações climáticas, desenvolvidos a partir da identificação e priorização das atuais vulnerabilidades e riscos climáticos juntamente com a sua projeção até ao final do século XXI. O resultado final deste Projeto constituirá uma ferramenta valiosa para a prossecução dos objetivos de adaptação climática e maior sustentabilidade ambiental, indispensáveis à construção de uma melhor cidade.

Torna-se, ainda, público que o mencionado período de consulta pública terá início 5 dias após a publicação do presente Aviso no *Boletim Municipal* e irá decorrer pelo prazo de 20 dias úteis, durante o qual os interessados poderão consultar a documentação no sítio eletrónico da Câmara Municipal de Lisboa, no Separador Viver Ambiente (<http://www.cm-lisboa.pt/viver/ambiente/alteracoes-climaticas>) ou nos locais a seguir identificados:

- Centro de Informação Urbana de Lisboa (CIUL), sito no Picoas Plaza, na Rua Viriato, 13 a 17;
- Centro de Documentação, sito no Edifício Central do Município, no Campo Grande, 25, piso 1.º-F.

A formulação de sugestões, bem como a apresentação de informações, deverão ser feitas por escrito, até ao termo do referido período e dirigidas ao Presidente da Câmara Municipal de Lisboa, utilizando, para o efeito, o impresso próprio que pode ser obtido nos locais acima referidos ou no sítio eletrónico da Câmara Municipal de Lisboa (<http://www.cm-lisboa.pt/viver/ambiente/alteracoes-climaticas>), e deverão ser entregues por via eletrónica, através do endereço eletrónico dmu.dp.dpdm@cm-lisboa.pt, por via postal, ou apresentadas presencialmente nos seguintes locais:

- Loja Lisboa - Alcântara, sita na Rua da Cozinha Económica, 36-A, loja E, com acesso também pela Rua Cascais, junto ao Pingo Doce;
- Loja Lisboa - Baixa, sita na Rua Nova do Almada, 2, 3.º;
- Loja Lisboa - Lumiar, sita na Rua Manuel Marques, 6-H, Edifício Odense - Lumiar;
- Loja Lisboa - Entrecampos, sita no Edifício Central do Município, Campo Grande, 25;
- Loja Lisboa - Marvila, sita na Loja do Cidadão de Marvila, Centro Comercial Pingo Doce da Bela Vista, Avenida Santo Condestável, lote 8, loja 34.

Lisboa, em 2016/12/16.

O diretor do Departamento de Planeamento (subdelegação de competências - Despacho n.º 3/DMU/2016, publicado no *Boletim Municipal* n.º 1169, de 14 de julho de 2016),

(a) Paulo Prazeres Pais

MUNICÍPIO DE LISBOA

Aviso n.º 53/2016

Prémio Municipal de Voluntariado da Cidade de Lisboa

Aviso de abertura

1 - Âmbito do Concurso

Pela Deliberação n.º 579/CM/2016, da Câmara Municipal de Lisboa, publicada no *Boletim Municipal* n.º 1185, de 2016/11/03, foi lançada a segunda edição do Prémio Municipal de Voluntariado.

2 - Objeto do Concurso

O Prémio Municipal de Voluntariado visa distinguir o melhor projeto/ação de voluntariado, concretizado em 2016, que contribua, designadamente, para a promoção do voluntariado na cidade de Lisboa.

3 - Prémio

À candidatura vencedora será atribuído um troféu alusivo ao voluntariado.

4 - Destinatários e Destinatárias

Poderão concorrer à atribuição do Prémio Municipal de Voluntariado as pessoas coletivas que promovam atividades de reconhecido interesse para o Município de Lisboa.

5 - Prazos e condições de acesso

5.1 - As candidaturas são apresentadas entre o dia 5 de dezembro de 2016 e o dia 31 de janeiro de 2017, inclusive.

5.2 - As candidaturas são enviadas para o Departamento para os Direitos Sociais até às 24h00 horas do dia 31 de janeiro para o seguinte *e-mail*: banco.voluntariado@cm-lisboa.pt.

5.3 - As candidaturas são obrigatoriamente elaboradas, sob pena de exclusão, do seguinte modo:

- a) A memória descritiva do projeto/ação subjacente à candidatura, enviada por *e-mail*, não poderá exceder as 5 (cinco) páginas, com a letra tipo Times New Roman, tamanho 12;
- b) São igualmente enviados por *e-mail* os documentos previstos no ponto 5.7 do presente Aviso.

5.4 - A verificação dos documentos tem início no dia útil seguinte ao termo do prazo para apresentação das candidaturas e é efetuada pelos elementos do Departamento para os Direitos Sociais que integram o Secretariado Técnico. Caso haja documentação em falta, a entidade candidata é notificada, por via eletrónica, para proceder à respetiva entrega no prazo máximo de 48 horas, pela mesma via, sob pena de exclusão.

5.5 - Após aferição formal (verificação dos documentos) das candidaturas, o Secretariado Técnico elabora a lista das candidaturas admitidas e não admitidas, comunicando ao Júri a lista dos projetos/ações admitidos sem dar conhecimento da identificação das entidades candidatas, garantindo assim uma apreciação sob anonimato.

5.6 - O Júri apreciará as candidaturas a partir da lista dos projetos/ações admitidos.

5.7 - Para além da memória descritiva do projeto/ação subjacente à candidatura, esta deve ser obrigatoriamente instruída com a seguinte documentação:

- a) Fotocópia da escritura pública ou documento de constituição;
- b) Fotocópia do Cartão de Identificação Fiscal;
- c) Fotocópia da ata referente à eleição dos órgãos sociais em exercício;
- d) Identificação de números de contactos privilegiados (rede fixa e/ou rede móvel) e endereço eletrónico.

5.8 - As candidaturas são rececionadas até às 24h00 horas do dia 31 de janeiro para o seguinte e-mail: banco.voluntariado@cm-lisboa.pt.

5.9 - As despesas de elaboração e envio das candidaturas ficam a cargo das entidades candidatas.

6 - Composição do Júri

O Júri do presente concurso é composto por:

- a) Um elemento indicado pelo Presidente da Câmara Municipal de Lisboa ou pelo Vereador com o Pelouro dos Direitos Sociais;
- b) Um representante da Confederação Portuguesa do Voluntariado;
- c) Um voluntário inscrito no Banco de Voluntariado para a cidade de Lisboa, a designar.

7 - Documentos orientadores e critérios de avaliação

7.1 - Documentos orientadores:

- Agenda Política Europeia para o Voluntariado;
- Lei n.º 71/98, de 3 de novembro, que define as bases do enquadramento jurídico do voluntariado, regulamentada pelo Decreto-Lei n.º 389/99, de 30 de setembro;
- Programa de Governo da Cidade de Lisboa 2013/2017 - «Uma Cidade LISBOA para as Pessoas» - CML;
- Plano de Ação do Pelouro dos Direitos Sociais 2014-2017.

7.2 - Critérios de avaliação - Os projetos/ações candidatados são avaliados tendo em conta os referenciais e documentos orientadores acima citados, bem como com o alinhamento com os eixos da Capital Europeia do Voluntariado, cotados numa escala de 1 (um) a 20 (vinte):

- Relevância/pertinência;
- Inovação/criatividade;
- Impacto;
- Qualidade;
- Reconhecimento;
- Enquadramento institucional.

8 - Divulgação de resultados

A decisão do Júri será divulgada até 20 (vinte) dias úteis após o fim do prazo de entrega das candidaturas, por correio eletrónico e/ou registado, a todas as entidades candidatas.

9 - Cerimónia pública de entrega do Prémio e apresentação pública do projeto/ação distinguido

A cerimónia pública de entrega do Prémio Municipal de Voluntariado e a apresentação do projeto/ação serão realizadas em data e local a anunciar no site da Câmara Municipal de Voluntariado.

10 - Regras concursais

Ao presente concurso são aplicáveis as regras concursais do Prémio Municipal de Voluntariado, constantes da Deliberação n.º 579/CM/2015 da Câmara Municipal de Lisboa, publicada no *Boletim Municipal* n.º 1185, de 2016/11/03, podendo ser consultadas ou solicitadas no Departamento para os Direitos Sociais da Câmara Municipal de Lisboa, sito no Campo Grande, 25, 7.º piso, bloco A - 1749-099 Lisboa ou através do endereço eletrónico: banco.voluntariado@cm-lisboa.pt.

Lisboa, em 2016/12/20.

O Vereador,

(a) *João Carlos Afonso*

EDITAIS

MUNICÍPIO DE LISBOA

Edital n.º 119/2016

Reunião Pública Descentralizada

Nos termos do artigo 16.º do Regimento da Câmara Municipal de Lisboa, convoco para o próximo dia 11 de janeiro de 2017, às 18,30 horas, uma Reunião Pública Descentralizada.

A reunião realizar-se-á nas instalações do Centro Cultural João das Regras, sito na Rua Raul Carapinha, em São Domingos de Benfica, e destina-se, preferencialmente, aos munícipes das Juntas de Freguesia de Carnide e São Domingos de Benfica, que se poderão inscrever, para os devidos efeitos, nas seguintes Juntas de Freguesia:

- i) Carnide (Largo das Pimenteiras, 6) - Dia 22/12, das 10 às 12 horas;
- ii) São Domingos de Benfica (Quinta da Alfarrobeira, Rua António Saúde, 11 a 13) - Dia 22/12, das 15 às 17 horas.

As inscrições poderão, igualmente, ser efetuadas pelo telefone 21 322 72 89 ou pelo endereço de correio eletrónico sg.daosm.dacm@cm-lisboa.pt, até às 18 horas do dia 22 de dezembro. Optando por estes meios de inscrição, deverá o munícipe identificar o assunto e apresentar contacto telefónico.

As intervenções do público, num número máximo de 20, serão ordenadas de forma a priorizar as que incidam sobre os assuntos de interesse da zona, coletivo ou público.

Ordem de Trabalhos

Ponto único:

- Audição do(a)s munícipes.

Paços do Concelho de Lisboa, em 2016/12/16.

O Presidente,
(a) *Fernando Medina*

MUNICÍPIO DE LISBOA

Edital n.º 120/2016

Toponímia

Por ter saído com inexatidão o Edital n.º 65/2005, de 1 de agosto de 2005, e face à necessidade de se proceder à natural retificação, faz-se saber, que a data de nascimento do topónimo Rua Francisco Lacerda é exatamente:

RUA FRANCISCO LACERDA

Músico

1869-1934

E, para geral conhecimento, se publica o presente Edital.

Lisboa, em 2016/12/19.

A Vereadora,
(a) *Catarina Vaz Pinto*

Publica-se às 5.^{as}-feiras

ISSN: 0873-0296 Depósito Legal n.º 76 213/94 Tiragem 11

O *Boletim Municipal* está disponível no sítio da Internet oficial da Câmara Municipal de Lisboa (<http://www.cm-lisboa.pt/municipio/boletim-municipal>)

O *Boletim Municipal* pode ser adquirido nos Serviços Municipais através de impressão/fotocópia e pago de acordo com o preço definido na Tabela de Taxas, Preços e Outras Receitas Municipais

[Deliberação n.º 35/CM/2008 (Proposta n.º 35/2008) - Aprovada na Reunião de Câmara de 30 de janeiro de 2008]

Composto e Impresso na Imprensa Municipal

Toda a correspondência relativa ao Boletim Municipal deve ser dirigida à CML - Imprensa Municipal
Estrada de Chelas, 101 – 1900-150 Lisboa **Telef.** 21 816 14 20 **E-mail:** boletim.municipal@cm-lisboa.pt